

Archeion Online



V.2, n.1, jan./jun. 2014

SUMÁRIO

ARTIGO DE REVISÃO

RESTAURAÇÃO: conceito de verdade e originalidade 5-22
Zeny Duarte

O GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS SOB A ÓTICA DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA 23-36
Cacilene Toscano Oliveira

RELATOS DE PESQUISA

ESTUDO DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS USUÁRIOS INTERNOS DO INSTITUTO MIGUEL ARRAES 37-50
Camila Augusta Lima Alves
Luciana Ferreira Costa

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: estudo de caso no Arquivo Geral da Pró-Reitoria Administrativa da Universidade Federal da Paraíba 51-66
Genoveva Batista Nascimento
Janaína Lima Santos

O ARQUIVISTA NAS INSTITUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL: da formação profissional às demandas do mundo do trabalho 67-89
Serenna Tharyne Alves de Souza

PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS PELO ARQUIVO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA 90-105
Patrícia Silva
João Henrique Lucena da Costa

EDITORIAL

AMBIENTE VIRTUAL: a democratização do conhecimento

O ambiente virtual cada vez mais é propício para propagar as pesquisas científicas, dando agilidade, interação e dinamicidade na sua disseminação, o que resulta no aumento exponencial das informações e na possibilidade de sua democratização.

Dessa forma, a publicação de autores que outrora eram desconhecidos e invisíveis, podem com a publicações em ambiente virtual tornar universalmente disseminadas as suas ideias e contribuindo, portanto com o avanço do conhecimento científico.

É com a perspectiva de democratizar a informação a partir do ambiente virtual que temos o prazer de apresentar aos leitores da Archeion Online o v.2, n.1, 2014, onde contempla uma diversidade geográfica de autores com suas temáticas variadas, tendo como foco principal a Arquivologia, no entanto, em face da característica indelével da própria área que é a interdisciplinaridade, este número traz artigos que envolvem as áreas correlatas a Arquivologia.


A Archeion Online apresenta:

Dois Artigos de Revisão (ART)

- Restauração: conceito de verdade e originalidade – traz reflexões críticas da restauração como área interdisciplinar que mantém ligações com a arquitetura, literatura, arquivologia, biblioteconomia, urbanismo, artes plásticas, museologia, arqueologia, entre outras, buscando novos conceitos contemporâneos sobre a restauração, não isolando-a de seu conceito original.

- Gerenciamento eletrônico de documentos sob a ótica da representação da informação arquivística - Apresenta uma temática contemporânea da arquivologia que é a representação da informação a partir das linguagens documentárias envolvendo o

Archeion Online, João Pessoa, v.2, n.1, p. 2-3, jan./jun. 2014

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>. ISSN 2318-6186. Licença 

processo de Gerenciamento Eletrônico de Documento, a gestão documental e a recuperação da informação.

Quatro Relatos de Pesquisa (RP)

- Estudo de comportamento informacional dos usuários internos do Instituto Miguel Arraes – Caracteriza o comportamento informacional dos usuários internos do Arquivo do Instituto Miguel Arraes (IMA) no que tange as necessidades, busca e uso da informação.

- A segurança da informação em acervos arquivísticos: estudo de caso no arquivo geral da pró-reitoria administrativa da universidade federal da Paraíba – Analisa a segurança da informação do Arquivo Geral da Pró-Reitoria Administrativa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo em vista as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). A segurança institucional retratada na pesquisa refere-se aos controles físicos que são medidas eletrônicas para o controle de entrada e saída de pessoas.

- O arquivista nas instituições do poder executivo federal: da formação profissional às demandas do mundo do trabalho – apresenta um estudo a partir do mapeamento dos temas e referências indicadas nos concursos públicos, de 2007 a 2011 no poder executivo federal, verificando a disponibilização de infra-estrutura informacional da UNB a partir da Biblioteca Central para os graduandos de Arquivologia frente às demandas do mundo do trabalho.

- Produtos e serviços oferecidos pelo arquivo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba – A temática produtos e serviços arquivísticos ainda está sendo pouco explorada na Ciência da Informação e o artigo traz a criação de Blog, FanPage, Folder e de um Vídeo didático como possibilidade que o Arquivo do CCHLA pode oferecer aos usuários.

Um Relato de Experiência (RE)

- A imagem do profissional arquivista nos filmes: análises das representações filmográficas – Analisa a representação da imagem do arquivista em filmes, tendo em

vista a criação de estereótipos a partir do fazer profissional tradicional representada pelos filmes refletindo na imagem pública dos arquivistas.

Tenham um ótimo aproveitamento das leituras !

Profa. Ms. Ediane Toscano Galdino de Carvalho
Editora / Archeion Online

RESTAURAÇÃO: conceito de verdade e originalidade

Zeny Duarte¹

Falamos de contrafação quando algo que está presente é exibido como se fosse o original, enquanto o original (se existir) está em algum outro lugar. Não somos, portanto, capazes de provar que existem dois objetos diferentes que ocupam ao mesmo tempo dois espaços diferentes. Se, por acaso, estivermos em posição que nos possibilite perceber ao mesmo tempo dois objetos diferentes embora semelhantes, então seremos seguramente capazes de constatar que cada um deles é idêntico a si mesmo e que eles não são indiscernivelmente idênticos entre si. Mas nenhum critério de identidade poderá ajudar-nos a identificar o original (ECO, 1995, p.134).

RESUMO

Trata-se de um estudo que tem como base as reflexões críticas sobre a restauração. A ideia é, retomar o debate sobre a restauração, enquanto uma disciplina, como outras, incertas de suas fronteiras. Uma disciplina que lida com outras áreas como a arquitetura, literatura, arquivologia, biblioteconomia, urbanismo, artes plásticas, museologia, arqueologia, entre outras, portanto interdisciplinar, não devendo se prender ao jogo de noções e de estrutura conceitual rigorosa como dita a restauração tradicional. Este debate rebusca questões centrais sobre conceitos de originalidade, de prioridade, de cópia, de simulacro, de leitura / releitura em se tratando da restauração, em sintonia com perspectivas da reflexão contemporânea.

Palavras-Chave: Restauração. Interdisciplinaridade. Reflexões críticas.

RESTORATION: the concept of truth and originality

ABSTRACT

This is a study that is base the critical reflections on the restoration. The idea is to resume the debate on the restoration, as a discipline, as other, uncertain of its borders. A discipline that deal swith other areas such as architecture, literature, archival science, librarianship, urban design, visual arts, museology, archaeology, among others, there for einter disciplinary and should not stick to the game of notions and rigorous conceptual frame work such as dita traditional restoration. This debate central questions about groping concepts of originality, priority of copy, semblance, of reading/rereading when it comes to restoration, in tune with contemporary reflection perspectives.

Keywords: Restoration. Interdisciplinarity. Critical reflections.

¹ Professora, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Universidade Federal da Bahia. E-mail: zeny.duarte@gmail.com.

1 NOTA INTRODUTÓRIA

Trata-se aqui de um estudo que tem como base as reflexões críticas sobre a restauração. A ideia é, retomar o debate sobre a restauração, enquanto uma disciplina, como outras, incertas de suas fronteiras. Uma disciplina que lida com outras áreas como a arquitetura, literatura, arquivologia, biblioteconomia, urbanismo, artes plásticas, museologia, arqueologia, entre outras, portanto interdisciplinar, não devendo se prender ao jogo de noções e de estrutura conceitual rigorosa como dita a restauração tradicional.

Este debate rebusca questões centrais sobre conceitos de originalidade, de prioridade, de cópia, de simulacro, de leitura / releitura em se tratando da restauração, em sintonia com perspectivas da reflexão contemporânea.

2 O DISCURSO DA RESTAURAÇÃO

Uma retrospectiva é suficiente para notar a grande transformação que, em apenas meio século, vem experimentando a restauração de bens artísticos, históricos e culturais.

Estamos falando da restauração enquanto atividade artística e técnica, que procurando preservar a historicidade dos documentos visa a recuperá-los dos danos ocasionados por razões várias (agentes internos e externos).

De uma arte silenciosa, cuidadosamente guardada e praticada durante séculos, mediatizada pelos próprios interesses dos que possuem recursos econômicos, surge a prática de uma disciplina cuja potencialidade e desenvolvimento se fundamentam no vertiginoso incremento do tecnicismo, favorecido pela “noção tradicional” do respeito ao documento original. O documento imortaliza o homem por apresentar e construir testemunhos históricos e, para tanto, deve estar acessível.

Optamos pelo termo documento considerando suas múltiplas representações e significações, enquanto obra de arte, monumento, obra rara e preciosa ou qualquer outro objeto, independente do suporte físico, que contenha informações de interesse permanente aos estudos.

O interesse permanente que prega a tradição da preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, nos faz rever conceitos sobre “patrimônio da humanidade”, “valor permanente”, “valor histórico” etc, incluídos nas “normas” de instituições como a Unesco, que as reconhece como linear, como estatuto de “universal” e “normas universais”, ou outras conotações parecidas.

A noção de tradição nos parece que encarcera certos valores, como se só existisse uma única visão. Como se a restauração tivesse uma unicidade de técnicas e que a leitura também fosse universal, desconhecendo a leitura do autor/restaurador e das diversificadas culturais.

Há de se refletir acerca do conceito de continuidade na restauração, enquanto noção tradicional que contribui para a transferência do mérito ao valor de original do documento.

Foucault (1986, p.31) fala da libertação “de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma a sua maneira, o tema da continuidade”. Ao mesmo tempo em que não se pode entender a noção de “patrimônio da humanidade” como a mesma carga, na mesma cultura, como se entende na cultura grega.

Os documentos possuem uma cor, uma forma, uma técnica, com suas nuances. Assim, deve-se pensar na ruptura e na descontinuidade das noções que são ditas pela tradição. Parece-nos que a tradição exige que as coisas sejam iguais e que tenham continuidade, cujos valores dependem do que a história prega.

Essa ideia de valor universal passa também pela dominação de um sobre os outros. Do imperialismo das técnicas de restauro que são universalmente utilizadas. O restaurador obedecerá às regras das técnicas, ditas universais, utilizadas no restauro de uma tela que se encontra no Musée D’Orsay, em Paris, como numa outra tela que se encontra na Câmara dos Vereadores, em Salvador?

Se pensarmos no Brasil, a nossa restauração é moderna, assim como o Brasil é, por contingência, um país moderno. É preciso rever as diferenças de tempo e espaço dos documentos, os fatores climáticos, a cultura do restauro, a tipologia documental e, sobretudo, o que se entende por história, produção artística e cultural.

As noções de desenvolvimento e de evolução da restauração passam pela noção de universal. Pressupomos assim que a história da restauração é a história dos mais fortes.

As noções de desenvolvimento e de evolução permitem reagrupar uma sucessão de acontecimentos dispersos, relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador, submetê-los ao poder exemplar da vida (com seus jogos de adaptação, sua capacidade de inovação, a incessante correlação de seus diferentes elementos, seus sistemas de assimilação e de trocas)[...]” (ECO, 1995, p.32)

Portanto, definir algo como universal, um documento, uma técnica, uma teoria, um objeto etc, é o mesmo que afirmar a existência de uma mentalidade única, de uma única época, ou mesmo da existência de um único exemplar, o “justo-e-verdadeiro-para-todos”(FOUCAULT, 1979, p.9). O familiar, ou seja, há uma intenção de que essa universalidade se torne familiar à todos. Contrariamente, será que essa familiaridade corre o risco de obedecer ao condicionamento da busca da verdade? Será, portanto, que, algo que não é reconhecido universalmente se caracteriza como o não conhecido? É aquele que vem do mais fraco?

Partimos da suposição de que o pensar não é universal, logo, encontramos uma quebra nos conceitos universais da restauração. As intervenções de restauro não são universais.

Assim, em analogia, podemos observar que um método de restauro para um determinado documento não é o mesmo para um outro, logo, não pode existir uma unicidade de métodos. Os arcos de uma cidade da Região Toscana, na Itália, se contrapõem aos arcos da Lapa, no Rio de Janeiro. Porém, são considerados “patrimônio da humanidade” devendo seguir os mesmos conceitos de “verdade” e da restauração tradicional.

3 RESTAURAÇÃO: conceitos

Após a Segunda Guerra, uma corrente se desencadeia em busca de reflexões sobre os conceitos da restauração, passando a obter uma nova atenção e deixando de se confinar à preocupação apenas estética, definida pela necessidade de atos como reparar ou renovar o documento. Entendemos, portanto, que restaurar é entrar em contato físico com o documento e que esse ato envolve mais do que lidar com o estético.

Por um lado, a restauração tradicional preconiza lidar com os valores “metafísico”, material e ético. Por outro, é emergente repensar o que se pretende com o conceito de “valor metafísico”. “Metafísico”, também na restauração conservadora, busca encontrar a essência, a “verdade”. Chegar a “verdade absoluta” como algo fora da história, à procura da verdade. Ou seja, acreditando naquilo que vai legitimar o documento a ser restaurado.

Como dar ao documento uma legitimidade sem considerar o seu sentido histórico?

O “valor metafísico” mencionado anteriormente, é um valor sócio-culturalmente atribuído, portanto, histórico. Vai se referir aos aspectos intangíveis do documento: condição tempo-espço, motivações ou influências que determinam sua forma, seu estilo, entre outros, para que a mensagem do autor possa resgatar a temporalidade de seu pensamento. Em definitivo, o valor histórico contingencial, “metafísico”, intenciona ditar a informação do documento e é considerado como abstração tangível de uma ideia correspondente à atuação do seu autor.

Com respeito a ideia de tempo-espço, Ludwing Wittgenstein (apud DUARTE, 1993, p.53) diz que

Lidamos com as coisas, figuramo-las, representamo-las. Ao figurá-las e representá-las, tocamos-las, e no entanto estamos separados delas.

Este estar-separado revela-se não apenas na espacialidade do nosso mundo, na possibilidade da figuração e da linguagem, mas também na temporalidade. A dimensão em que tocamos as coisas afasta-se em si mesma, é distância face às coisas e distancia em si mesma como temporalidade.

Em grande parte do seu percurso, a restauração se desenvolveu na defesa da valorização do documento, ou supondo assegurar a sua integridade absoluta. Essa integridade absoluta – única, privativa e insubstituível – agrupa interesse material e histórico, necessários e coexistentes para que se possa concretizar qualquer tipo de estudo teórico e/ou prático sobre o documento.

Desconstruindo a ideia de se considerar o metafísico atribuído à capacidade de impor a informação do documento como algo absoluto, encontramos em Foucault (1979, p.27) a seguinte argumentação: “o sentido histórico escapará da metafísica para tornar-se um instrumento privilegiado da genealogia se ele não se apoia sobre nenhum absoluto.”

Com respeito ao valor material, os aspectos são físicos e funcionais. Nesse caso, ele é visto pela individualidade dos elementos que foram reunidos na constituição do documento, e a forma que estes elementos adotam ao serem estruturados adquire capacidade de desenvolver a função para a qual eles foram agrupados ou selecionados.

Em consequência, o conceito ortodoxo da restauração diz que o valor documental é maior quanto maior for a integridade total ou absoluta do documento e que esta integridade depende, diretamente, da valorização histórica, aliada ao estado de conservação do documento. E, se a matéria é indissociável da significação do documento, é necessário respeitar a integridade física do mesmo.

Por outro lado, a restauração crítica não pode obedecer apenas a critérios técnicos. Ela deve levar em conta a globalização do objeto, sua história, seu conteúdo cultural, sua estética e sua evolução temporal.

Com respeito a critérios técnicos há rigidez na Carta de Veneza (29 de maio de 1964) quando afirma que a intervenção restaurativa “visa a conservar e a revelar o

valor estético e histórico do documento. Apoia-se no respeito à substância da coisa antiga ou sobre documentos autênticos e deverá deter-se onde começa a conjetura.”

O sentido de antigo é condicional à emergência de certos valores que são impostos por quem domina, quem tem o poder. Portanto, os documentos considerados pela tradição como “patrimônio da humanidade” são assim conceituados por conta da necessidade dos mais fortes.

Com respeito a esta observação, encontramos em Foucault (1979, p.24-25) o seguinte esclarecimento:

Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença de valores; classes dominam classes e é assim que nasce a ideia de liberdade, homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força[...].

Assim, as máscaras da verdade vão sendo destruídas em detrimento de outras máscaras. Para Deleuze (1974, p.269), “por trás de cada máscara, aparece outra ainda”. As segundas máscaras são normalmente utilizadas por uma minoria e que, possivelmente, se tornarão as primeiras (a maioria no sentido de poder), quando a sua “verdade” se tornar a emergência do momento.

Na concepção de Foucault (1979, p.24), o termo emergência “é a entrada em cena das forças”... “um lugar de afrontamento”... “ela sempre se produz no interstício”.

Assim, acreditamos na evidência da capacidade de cada sociedade saber dizer – com sua palavra – o que significa para ela a ideia de documento antigo e autêntico, de “patrimônio da humanidade” e do que é restaurar; dos seus documentos, aqueles que devem ser restaurados e como devem ser restaurados. Assim é pleno reafirmar que

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se

sanciona uns dos outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p.12).

Existem, portanto, outros pontos de vista que podem ser entendidos enquanto verdade e que podem até mesmo suplantar aqueles já reconhecidos pela tradição como universais.

4 RESTAURAÇÃO: ciência ou técnica

Nos últimos 20 anos, aumentaram as considerações (principalmente nos países anglo-saxônicos), sobre o estabelecimento de uma prioridade da conservação preventiva em lugar da restauração.

Vimos neste discurso o que é também visto no discurso de outras disciplinas, como as da área da saúde, a própria medicina preventiva, odontologia, cirurgia plástica, etc. Assim, a conservação preventiva como a restauração comportam estudos redirecionados a outras áreas. Não pode pensar restauração sem uma perspectiva interdisciplinar, se quisermos redefini-la, não enquanto ciência, mas enquanto uma disciplina que não seja considerada unitária, com “princípios e técnicas universais”, contendo uma unicidade em si mesma.

Trata-se de uma disciplina que perpassa por outras com o mesmo propósito: restaurar. Se utiliza de meios teóricos, artísticos e práticos para atingir o alvo desejado, merecedora, entretanto, de reflexões crítica distanciadas das amarras do sentido de continuidade.

“Uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado” (FOUCAULT, 1986, p.38).

A disciplina em questão, surge da necessidade de proteger os documentos dos efeitos destruidores, guiada por uma *démarche* vista, por uns, como artística e por outros, como técnica e/ou científica. Por conta da urgência de aplicações práticas, (do seu tecnicismo transparente) existem muitas interrogações sobre as implicações

intelectuais que tentam situá-la enquanto ciência. Enfim, a restauração possui uma infinidade de questionamentos acerca da sua cientificidade.

Há de se questionar as diferenças que existem entre ciência e técnica? Ser considerada uma ciência, significaria dizer que a restauração possui “verdade”? Contrapondo-se, é nas técnicas que encontramos questionamentos sobre a definição de cientificidade de uma disciplina. Sendo assim, não há definição que possa separá-las uma da outra, sob pena de uma hierarquia de valores. “Não há mais hierarquia possível: nem segundo, nem terceiro...” (DELEUZE, 1974, p.268).

Um outro ponto a questionar é: a restauração, ou qualquer outra disciplina, perde *status* caso não tenha o estatuto de ciência?

O uso comprovado das técnicas, lega uma disciplina à uma ciência? O que se sabe é que a ciência depende de métodos e de técnicas, convergindo para uma objetividade. Paradoxalmente, as técnicas por serem relativas contribuem para que a ciência perca o seu estatuto de verdade.

Questionando um pouco mais, é a prática que constrói e reconstrói o estatuto de cientificidade?

Segundo FOUCAULT (1986, p.42)

Por um lado, é preciso, empiricamente, escolher um domínio em que as relações correm o risco de ser numerosas, densas, e relativamente fáceis de descrever: e em outra região os acontecimentos discursivos parecem estar melhor ligados uns aos outros, e segundo relações melhor decifráveis, senão nesta que se designa, em geral, pelo termo de ciência.

Com relação a restauração, onde está o seu estatuto? Está na conservação preventiva, na restaurativa, na cirurgia plástica, na arquitetura, na medicina, nas artes plásticas? Existe um número infinito de desempenhos dessa disciplina, que lhe oferece a condição questionável de estar entre as que são consideradas ciência ou não. É nas técnicas que redefinem-se os conceitos da restauração. E é a própria prática da restauração que vai romper com a definição dos seus conceitos.

5 REDESCORTINANDO E REDESCOBRINDO CONCEITOS

É fácil compreender a enorme responsabilidade que adquire a restauração, quando se é consciente de que, por detrás do imediatismo, questionável, de recuperar a integridade mutilada ou perdida, existe sempre o risco da intervenção unir-se à imperiosa necessidade de ocasionar outro tipo de dano durante o desenvolvimento do restauro ou que possa derivar-se dele. Esse outro tipo de dano nada mais é do que considerar a restauração sem as suas implicações contingenciais.

Antes da etapa da restauração é preciso reconhecer o objeto a ser restaurado. Esse dado é determinante enquanto emergência da restauração, onde não se pode mais fechá-la às máscaras dos ditados fundamentos tradicionais que preconizam o equilíbrio da formação acadêmica do restaurador, experiência, investigação e, sobretudo, ética profissional que vai conceder ao valor documental o tipo adequado de manipulação ou metodologia, protegendo o documento dos riscos físicos e ideológicos, segundo as suas regras.

Nos jogos dos termos em Foucault (1979, p.23), a emergência e “o ponto de surgimento. O princípio e a lei singular de uma aparecimento”. O autor considera a proveniência com a seguinte reflexão: “de onde vem”, em analogia à restauração, é a “caça” da análise própria da restauração, que se posiciona enquanto idealista, imperialista. É também uma disciplina que segue ao encontro de um conhecimento absoluto, acreditando que ser forte é ter o estatuto de “verdade”, “autenticidade” e “universal”.

Revedo alguns conceitos, a restauração tem como finalidade básica recuperar a integridade física e funcional do documento, corrigindo as alterações que ele sofreu e, como objetivo principal, fazê-lo retornar ao estado anterior e, em projeção retrospectiva, recuperar a sua condição original. Seu fundamento consiste em proporcionar o retorno à característica perdida ou mutilada, sempre e quando esta devolução não implique a desvirtuação do original.

Retornar ao estado anterior, ao antigo, nos fez rever Deleuze (1974, p.269), quando nos diz que “o retorno, é o devir-louco controlado, monocentrado, determinado a copiar o eterno”.

Acontece que, depois de passar pelas intervenções de restauro o documento é um outro documento. Talvez um terceiro documento.

O primeiro é o originário que não foi conhecido. O restaurador o toca com suas intervenções de restauro ditas “universais”, possui uma potência da diferença interiorizada, e a identidade do “diferente” como potência primeira; o segundo é o que o restaurador passa a conhecer antes das intervenções de restauro; o terceiro é o outro já restaurado.

Tanto o primeiro documento quanto o terceiro passam a ter semelhanças entre si. Assim, “os simulacros e as contrafações encarnam a má potência do falso pretendido”. “É sob a potência do falso pretendente que ele faz passar e repassar o que é. Assim, não faz retornar tudo” DELEUZE (1974, p.261, 270).

Portanto, o documento restaurado é também o simulacro do documento originário, e este aspecto pode se tornar um espiral sem fim. O restaurador já não toca mais o originário, ele passa a ter uma dupla participação, ora de autor / restaurador, ora de contrafeitor. Tanto a intenção do autor do documento originário, quanto a do autor / restaurador são diferentes, e esse aspecto desconstrói a síntese de “verdade” e, conseqüentemente, de integridade do documento restaurado.

No início deste item, nos reportamos ao objetivo dito principal da restauração que é o retorno ao estado anterior do documento. Ou seja, recuperar, através da restauração, a sua condição original. O termo original possui um conceito metafísico, logo, está fora da história.

Na tentativa de compreender conceitos de originário e original, Balakian (1963), chama atenção, em literatura, para as divergências de sentido entre os mencionados termos, podendo ser aplicadas também à outros estudos comparativos. A ideia de original, da autora citada, promove um sentimento de busca das formas.

O originário é a fonte, enquanto que o original é aperfeiçoar descobertas ou criações de outros.

O retorno à autenticidade do documento passa pelo retirar das máscaras, o que não consideramos possível, e as vezes coloca-se máscara com a ideia de essência, como a “verdade”.

A restauração é vista como uma disciplina que tem como princípio a arte de fazer retornar o valor do documento. O retorno ao mais autêntico, ao mais verdadeiro, ao imaginado pelo autor. Essa concepção tem sido largamente discutida, com incertezas, no decurso dos séculos, sobretudo do século XIX até os dias atuais.

Existem duas concepções desse retorno: a primeira consiste em examinar e conservar os elementos originais de um documento, reintegrando-o a um novo conjunto; a segunda consiste em querer resgatar uma aparência nova do original. Significa dizer que o ato de fazer retornar ao mais verdadeiro, passa a ser uma espécie de contrafação, porque o original restaurado não será mais o mesmo. Como exemplo: notamos uma contrafação quando um documento é restaurado com a intenção de levar a crer que ele retornou ao seu estado autêntico.

Na prática, uma fotografia em albumina produzida no séc. XIX possui hoje uma outra coloração, trata-se do esmaecimento da imagem em consequência da sua idade. Como o restaurador poderá fazer retornar a cor originária da foto em questão? Qual a técnica que poderia levar à esse resultado que não a própria reprodução em segunda geração da imagem? O sentido de reproduzir é também restaurar? Ou será que estaríamos ocorrendo na contradição da restauração enquanto cópia do originário?

Considerando que, em princípio, a restauração deve respeitar a perenidade e a integridade do documento original, essa concepção de retornar ao antigo, não está de acordo com suas próprias operações. Por sua vez, o originário guarda a sua unicidade, possui em seu contexto histórico implicações contingenciais que são peculiares ao seu autor e ao tempo-espço.

Balakian (1963), diz que o original tende a quebrar a convenção, mesmo a mais forte e, para muitos interessados nos estudos comparativos, em arte não existe nada original e toda a arte pode ser considerada original. Partindo dos argumentos da citada autora, há desvio nos conceitos de autenticidade e verdade na restauração, promovido pela busca da reversibilidade total ao estado original do documento.

Se em arte não existe nada original, o ato de restaurar também é visto como uma busca perfeita do imitar. A reversibilidade é uma forma de retomada da originalidade, mas ela parece menos capaz de imitar sua própria convenção e de produzir imitadores. “O desvio é produzido por um espírito de combate e de contradição; ele conduz a uma reversibilidade total do tema original” (BALAKIAN,1963, p.1267).

Por um lado, para Carvalhal (1986, p.63), “os conceitos de originalidade e individualidade estão intimamente vinculados à ideia de subversão da ordem anterior”, reconstruir, refazer, recriar e copiar o documento, deixando uma grande interrogação no conceito de originalidade na sua aceção convencional. Por outro lado, restaurar é tocar o original em busca do seu retorno, portanto, restaurar pode ser compreendido, também, como reconstruir / refazer / recriar / copiar, porque o olhar aí é do segundo criador – o autor / restaurador.

Para Borges (apud CARVALHAL, 1986, p.67), “no ato de copiar, o autor vai reconstruir e assim o estudo clássico da fonte sofre abalo, já que nele a noção de autoria e de procedência cronológica eram os dados básicos de afirmação de originalidade.”

Diante das considerações de Borges (apud WEISSTEN, 19-- , p.32) quando diz que “a dialética da originalidade e da imitação têm perdurado através da história cultural”, encontramos argumentos que contribuem para a desconstrução da teoria tradicional da restauração.

6 A REVERSIBILIDADE E O FALSO NA RESTAURAÇÃO

As intervenções, com base na restauração tradicional, consideram o princípio da reversibilidade como uma das operações que promovem o retorno do estado anterior do documento. Assim, que cada elemento utilizado na restauração deve poder ser desmontado e retirado sem alterar a originalidade do documento. Essa noção teórica tem, portanto, limites, porque existem operações que não são totalmente reversíveis.

Nesse caso, devem-se utilizar os tratamentos susceptíveis de serem aplicados ao documento, sem modificar nenhum dos seus caracteres e, dessa forma, as intervenções devem salvaguardar o documento em sua forma original. No estágio anterior à intervenção no documento, o restaurador vai ao passado do documento. Ou seja, estuda filologicamente o documento para dar início a restauração que considera científica. Como assegurar que o restaurador possa ler o passado do documento?

Diante desse quadro, podemos entender que o ato de restaurar obedece a métodos que permitem a reversibilidade, ou seja, o respeito à estruturação físico-química mas não simbólica do original.

No entanto, existe no documento o não-dito que diz muito mais do que se diz ter dito. No mais, a restauração também dialoga com as representações simbólicas do documento observando a complexa interação entre o autor e o restaurador.

Não podemos pensar a restauração sem entendê-la a partir das implicações contingenciais da história, na medida em que esta segunda tenta mostrar a apreensão das criações e recriações do homem.

A restauração parece estar nesse contexto. Há limites inimagináveis da narrativa do documento, em sua espacialidade e temporalidade. Ao mesmo tempo, entender a restauração como uma disciplina específica marca um círculo na história da relação entre o homem com o documento e o seu passado.

O documento que será restaurado é produto de sua própria historicidade. Foi criado num dado momento, podendo testemunhar os aspectos efêmeros, mesmo

por inadvertência do gosto, da moda, do comportamento, da crítica, da arte, do estético, refletindo nas formas de leituras e re-leitura.

7 VALORES DA ESTÉTICA E DA HISTÓRIA

Os teóricos ortodoxos da restauração a compreendem como um conjunto de métodos capazes de fazer retornar o documento ao seu estado anterior. Afirmam que, se for preciso escolher entre a instância estética e a instância histórica, em primeiro lugar escolhe-se a primeira, entendendo, assim, que a razão se ser de um documento passa pela estética e não pela histórica.

“Tornamo-nos simulacros, perdemos a existência moral para entrarmos na existência estética”. Deleuze (1974, p.263). Assim, os argumentos puramente estéticos não devem ser únicos. Como já situamos, existe o problema das leituras e releituras do documento. Se a prática da restauração é bem tributária das reflexões de época sobre o papel histórico, estético, iconográfico e iconológico do documento, ela pode igualmente influir sobre as reflexões dessas leituras, a partir do seu valor implícito.

Deleuze (1974, p.265) acrescenta: “A estética sofre de uma dualidade dilacerante. Designa de um lado a teoria da sensibilidade como forma da experiência possível; de outro, a teoria da arte com reflexão da experiência possível; de outro, a teoria da arte como reflexão da experiência real.”

Restaurar um documento é reconhecer a sua especificidade material, histórica, estética e, acima de tudo, representativa, para que possa ser reintegrado à sua ambientação física. Se analisarmos o termo restaurar podemos encontrar sinonímia em recuperar, reconquistar, reparar, reconstruir, renovar, revigorar, recomeçar, restabelecer, reaver, readquirir, restabelecer, re-etc. Assim, o sentido de restaurar está, analogicamente falando, em todas as formas de expressão do homem.

8 LEGIBILIDADE E LIMITES DA INTERVENÇÃO

A teoria tradicional prega as intervenções da restauração enquanto diretas, devendo-se manter a legibilidade e integridade do documento deteriorado, acreditando que assim o documento permanecerá acessível à sua significação cultural. E ainda que: a intervenção do restaurador deve ser mínima, sem negligenciar naquilo que é próprio do interesse documental, sem ultrapassar a sua “verdade”.

Abordamos aqui a noção de verdade na restauração, os enunciados verdadeiros ou falsos, as técnicas que são valorizadas por serem definidas como universais e o seu estatuto enquanto verdadeiras.

Com relação a recomposição de sulcos deixados pela perda de partes do documento, o critério tradicional a ser adotado é o dito não imitativo. Ou seja, acredita-se que acrescentar, à quisa de original, um trecho num quadro, numa escultura, numa fotografia, num livro, etc, implica adicionar-lhe partes espúrias, além de ser, na maioria dos casos, uma forma de pretensão do restaurador que, mesmo levando em consideração seu saber, está sempre falseando a obra original.

Será que completar uma parte do documento que tenha desaparecido por qualquer motivo é criar uma imperdoável contrafação?

O documento traz um estatuto de insubstituível no seu todo e em suas partes. Destruída a cabeça de uma escultura, estará ela – a cabeça – perdida definitivamente; e o refazer-se uma outra cabeça, ainda que baseada em documentação iconográfica, será sempre uma interferência com toda a carga de limitações e semelhanças com o suposto originário. Como assegurar essa suposição?

Vejamos o caso da *Pietà* de Miguel Ângelo, restauração amplamente divulgada na imprensa. O ato de vandalismo, praticado contra essa famosa obra de arte, causou-lhe lesões. Portanto, nesse caso, a intervenção foi admitida, considerado valores são somente artístico como também, e sobretudo, de culto da imagem.

Quanto a análise do caso da mutilação da *Pietà*, especialistas afirmam que a exemplo da restauração dessa obra de caráter religioso, ocorrem outras que sofrem recomposições, quando implicam, por exemplo, na solidificação ou estabilização do

documento a ser preservado. Além disso, conforme a Carta de Veneza (29 de maio de 1964) “todo trabalho complementar, verificado indispensável, deverá destacar-se da composição e levará a marca de nosso tempo”, evidenciando a intervenção.

Entender a diferença da intervenção com relação à composição do original é um dos legados do restaurador. Enquanto que o turista, na Basílica de São Pedro procura encontrar uma ambientação estética, histórica ou religiosa, o restaurador estará aberto para ver além desses traços, a intervenção feita na *Pietà*, tornando-se perfeitamente visível para ele a diferença da marca atual da obra.

9 RECONSTITUIÇÃO / REINTEGRAÇÃO

A deontologia da restauração, em sua versão tradicional, considera que a reconstituição / reintegração nunca deverá converter-se em camuflagem ou falsificação e que tampouco deverá portar interpretações pessoais na reconstituição / reintegração das partes perdidas.

Diz ainda, se a reconstituição das partes que faltam ou que estão fragilizadas e/ou danificadas é necessária, deve ser feita sem a intenção fraudulenta e de acordo com o detentor / responsável pelo documento. Para isso, a escolha da reconstituição / reintegração obedecerá a critérios históricos, pedagógicos, técnicos ou estéticos.

Diante do exposto, e considerando que restaurar um documento raro, precioso ou único, denota um olhar do autor/restaurador absorvido por um ato mais do que tecnicista, engendra-se aí uma nova linguagem na disciplina.

O restaurador, intervindo diretamente no documento, entra em contato com o seu passado ao mesmo tempo em que identifica a sua função simbólica no presente. Nesse momento, seu saber teórico é multiplicado, com privilégio de um conhecimento íntimo, e por vezes sensitivo da obra que restaura.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão aponta para a dificuldade de se reconhecer o falso e o original na restauração e estabelecer suas diferenças, controvérsias e dificuldades para as suas definições, comparando-se às dificuldades em definir conceitos como verdade e falsidade, autenticidade e falso, identidade e diferença.

Um outro debate que também iniciamos, diz respeito aos documentos antigos, alterados substancialmente pela passagem do tempo e pelas intervenções humanas. Estes são vistos por nós como originais e autênticos: há que tolerar a perda de extremidades, os restauros anteriores, e outros desgastes. Considerando também que qualquer documento está sujeito a alterações físicas e químicas a partir do momento de sua produção, então todo e qualquer documento deveria ser visto como uma permanente contrafação de si mesmo.

O aprendizado cotidiano dos problemas específicos que se apresentam em cada documento a ser restaurado, pode, através de estudos interdisciplinares, conduzir perguntas e respostas sobre muitas questões ainda estranhas ao restaurador.

A restauração contemporânea segue naturalmente esse novo comportamento de aprender com a sua própria inquietação como acontece com outras disciplinas que se posicionam também contrárias as teorias rígidas, o estruturalismo e a historicidade que prega a verdade absoluta e universal. O restaurador deve repensar, caso por caso, os conceitos da restauração, podendo até prevalecer os estudos físico e filológico do documento mas que estejam próximos as leituras contemporâneas e a representação do documento. Em consonância, o restaurador buscará a identidade espaço-temporal e a identidade através da representação do documento.

A ideia de retorno ao estado anterior de um documento é o que nos instiga. E o que mais nos instiga ainda, é a afirmação de teóricos de que restaurar é retornar a autenticidade e a integridade do documento. Consideramos que existem outras dimensões no que diz respeito a restauração e aos interesses históricos do documento.

O debate contemporâneo sobre a restauração nos leva a dialogar mais com os conceitos de verdade, original / fonte e autenticidade, entendendo, portanto, que existe uma excessiva circularidade nas suas definições além de dúvidas sobre suas noções.

Por fim, o que nos levou ao estudo apresentado foi o desafio que encontraríamos em desenvolvê-lo, diante da carga que possui a ideia de descontinuidade de conceitos tradicionais, de certa forma, imperialistas, que ditam a “verdade” da restauração respaldada na norma universal, aceitável pela maioria dos especialistas na área, os quais não estão dando conta da restauração crítica.

Não é das normas técnicas universais que a restauração, em cada parte do mundo, vai se elaborar. Mas, das indicações específicas de cada documento, suas implicações históricas e no que há nele de mais singular.

O nosso questionamento é conjectural e pretende, no futuro, rever pontos que não foram aqui destacados, e rever outros estudos que estão discutindo os conceitos universais em suas disciplinas. É mais uma tentativa de inquietação. De lançar perguntas sem a intenção de resolvê-las, porque se assim o fizesse estaríamos ditando a emergência de “valores” que são impostos por aqueles que tentam o domínio.

REFERÊNCIAS

ANTOMARCHI, C. Pour une écologie de la conservation? In: COLLOQUE DE L'ASSOCIATION DES RESTAURATEURS D'ART E D'ARCHÉOLOGIE DE FORMATION UNIVERSITAIRE. *Actes...* Paris: A.R.A.A.F.U., 1992. p.23-28.

BALAKIAN, Anna. L'originel et l'original; nuances linguistique et distance poétique. In: CONGRÈS D'AILC, 3. *Actes...* (S.I.: s.n.), 1963.

BASLÉ, K. Restauration des registres d'inventaire manuscrits du Cabinet des dessins du Musée du Louvre. In: JORNEES INTERNATIONALES D'ETUDES DE L'ARSAG. *Actes...* Paris: ARSAG, 1991. p.157-161.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Editora Ática, 1986. p.67.

DELEUZE, Gilles. Platão e o simulacro. In: **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974. p.259-271.

DUARTE, Luiz Fagundes. **A fábrica dos textos; ensaios de crítica textual acerca de Eça de Queiroz**. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. p.53.

DUARTE, Zeny. Desenvolvimento dos estudos e aplicação prática e a normalização sobre a conservação e a restauração de documentos fotográficos na França. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 5. **Atas...** Lisboa: Câmara Municipal, 1994. p.151-172.

ECO, Umberto. O trabalho da interpretação. In: **Os limites da interpretação**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995. p.77-179.

FOUCAULT, Michel. As unidades do discurso. In: **Arqueologia do saber**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986. p.31-43.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 8 ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.15-37.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. 8 ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.1-14.

GRAWITZ, Madeleine. **Lexique des sciences sociales**. Paris, 1991. p.109.

MOTTA, Edson; SALGADO, Maria Luiza Guimarães. **Restauração de pinturas aplicações da encáustica**. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN, 1973. p.11-12.

PISTORIUS, Georges. Le problème d'influence selon Paul Valéry. In: CONGRÈS D'AILC, 3. **Actes...** (S.I.: s.n.), 1963. p.1036-1042.

WEISSTEIN, Ulrich. **Comparative literature and literary theory**. Londres: Indiana University Press, (19--).

O GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS SOB A ÓTICA DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

*Cacilene Toscano de Oliveira*¹

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão acerca do que é linguagem documentária na Ciência da Informação e na Arquivologia, e como a sua utilização poderá auxiliar no processo de representação da informação arquivística, tendo na indexação atividade fundamental realizada após a digitalização dos documentos. Aborda ainda a representação das informações gerenciadas eletronicamente desde a digitalização documental até a recuperação da informação, verificando que a gestão de documentos antecede o processo de Gerenciamento Eletrônico de Documentos e que a qualidade dos termos indexados possibilita a recuperação eficiente e eficaz pelo usuário.

Palavras-chave: Arquivologia. Representação da Informação Arquivística. Gerenciamento Eletrônico de Documentos.

MANAGEMENT OF ELECTRONIC DOCUMENTS UNDER THE PERSPECTIVE OF REPRESENTATION OF ARCHIVAL INFORMATION

ABSTRACT

The article presents a reflection on what documentary language in Information Science and Archival is. It also highlights how their use can assist in the representation of the archival information process as well as indexing as a fundamental activity performed after scanning the documents. It approaches the representation of information managed electronically from the document scanning to information retrieval, making sure that the Document Management precedes the Electronic Document Management process and that the quality of the indexed terms makes the efficient and effective information recovery possible by user.

KEY-WORDS: Archivology. Representation of Archival Information. Electronic Document Management.

¹Coordenadora da Seção de Arquivo da Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Gestão de Documentos e Informações pela Faculdade Integrada AVM. Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). e-mail: cacitoscano@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação é uma área de estudo voltada para ações como: produção, circulação e uso da informação. Oliveira e Araújo (2012) afirmam que o seu estudo tem como finalidade garantir a organização das informações e viabilizar a sua respectiva recuperação.

Nesta perspectiva, visualiza-se a informação como fundamental para a existência este campo de conhecimento, que segundo Pinto (2007, p.105) “ela surge para dar respostas ao fenômeno informação percebido como o grande problema a ser enfrentado em razão do seu excesso e da dificuldade para seu acesso”.

Para Le Coadic (2004, p.4), informação é

um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal.

Silva e Ribeiro (2002) corroboram com a definição de informação, afirmam que é um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas em um suporte material (papel, filme, CDs, etc), comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.

Os produtores e os consumidores da informação possuem uma relação que acontece por meio do seu tratamento, tanto em meio físico quanto em meio eletrônico, como um elo que cria as condições para a sua efetiva recuperação e uso.

Nesse sentido, para recuperar informação é importante o uso de linguagens próprias, denominadas de Linguagens Documentárias.

Para Guinchat e Menou (1994, p.133) Linguagem documental é:

uma linguagem convencional por uma unidade de informação para descrever o conteúdo dos documentos, com o objetivo de analisá-los

e recuperar as informações [...] é utilizada no momento do tratamento intelectual dos documentos[...] privilegiam seus aspectos lingüísticos.

Sales (2007 p. 96-97) diz que são sistemas de signos visando uniformizar o uso da linguagem de especialidade, no tocante à representação padronizada e recuperação precisa de informação “são instrumentos fundamentais na atividade de indexação da informação.”

Assim sendo, as Linguagens Documentárias são utilizadas como instrumentos no processo da representação da informação arquivística, apresentadas através de planos de classificação e tesouros, difundidos entre membros que têm um conhecimento específico em comum e que a representação da informação é fundamental como área que segundo Pinto (2007) surge para construir novos sentidos aos objetos ou documentos que estão sendo tratados com o objetivo principal que é a recuperação da informação.

2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: a indexação arquivística

No crescente desenvolvimento dos Sistemas de Recuperação da Informação, as Linguagens Documentárias são instrumentos indispensáveis quando o assunto é representação da informação arquivística.

A representação da informação implica em interpretar um texto, um documento, uma informação, identificando a intencionalidade do autor. Podemos interpretar algo, fazendo uso de inferências, ou seja,

é uma atividade essencial ao estabelecimento de relações entre as situações novas e antigas, assim como entre as características do objeto, a situação atual e as crenças, desejos e conhecimentos prévios que o indivíduo possui, podendo levá-lo a uma solução adequada de um problema (FERREIRA; DIAS, 2004, p. 441).

Nesse sentido, atribuímos sentido às coisas do mundo a partir de nossas vivências e experiências acumuladas de modo significativo e articulado, interagindo até com outros acontecimentos que não revelem correspondências entre si.

Para entender processo inferencial, Sperber (1996 *apud* FERREIRA; DIAS, 2004, p. 441) afirma que, “é um ato inteligente que envolve raciocínio lógico e criativo, e que é levado a efeito através da junção de informações novas e antigas, possibilitando o surgimento de novas intuições ou conclusões.” Sendo assim, o usuário pode fazer associações entre acontecimentos e histórias aumentando sua probabilidade de apreender informações novas em detrimento de outras antigas.

É nessa direção que a indexação da informação seleciona termos para descrever um documento utilizando-se de um vocabulário controlado ou uma lista de descritores, tesouros ou mesmo o próprio plano de classificação documental em Arquivologia.

Essa seleção de termos que serão utilizados na representação da informação é feita geralmente com base na:

- ✓ tipologia documental: divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais: atestado de frequência de pessoal, atestado de saúde ocupacional, alvará de licença para construção, alvará de habite-se;
- ✓ título ou cabeçalho do documento;
- ✓ assunto do documento: palavras-chave ou termos compostos que representem corretamente o conteúdo do documento;
- ✓ datas associadas com as transações registradas no documento;
- ✓ documentação anexada. (e-ARQ, 2011, p. 28).

O propósito da indexação é fazer com que sejam ampliadas as possibilidades de busca de um documento a fim de contribuir para a sua fácil recuperação.

Para a Ciência da informação, Lara (2001), afirma que as LDs apresentam temas, subtemas e termos variados, inseridos nos conjuntos documentais, a fim de atingir determinados usuários, considerando objetivos específicos.

Cada área do conhecimento científico possui sua própria linguagem de especialidade, e, toda linguagem documentária deve ser requerida pela sua linguagem específica. Lancaster (2004) menciona que a linguagem de especialidade é aquela em que um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente.

Segundo Lancaster (2004, p.10) afirma que “quanto mais especializada a clientela de um centro de informação, maior é a probabilidade de que a indexação possa e deva ser feita sob medida, ajustando-se com precisão aos interesses do grupo”. E ainda considera que “é preciso que os indexadores saibam muito mais do que os princípios da indexação. Devem, em especial, estar inteiramente a par dos interesses da comunidade atendida e das necessidades de informação de seus membros.” (LANCASTER, 2004, p. 12).

Para Sales (2007, p.96),

As linguagens de especialidades possuem terminologias próprias (terminologias no sentido de conjuntos de termos específicos de um determinado domínio), que não são de conhecimento geral. Ressalta-se que toda linguagem de especialidade é concebida e aceita pelos membros da área de conhecimento que abriga a respectiva linguagem, ou seja, é concebida tanto pelos produtores das informações de um determinado domínio do conhecimento quanto por seus consumidores (usuários).

Nesse processo, é de extrema importância haver um vocabulário controlado dentro da organização, criando assim uma padronização para que não se percam informações importantes.

Lancaster (2004, p.83),

Define-se de modo muito pragmático a ‘boa indexação’ como a indexação que permite que se recuperem itens de uma base de dados

durante buscas para as quais sejam respostas úteis, e que impedem que sejam recuperados quando não sejam respostas úteis.

Dessa forma, quanto **maior o índice** de busca num documento (este chamado por índice de revocação), **menor índice** será a precisão para encontrá-lo. Lancaster (2004, p. 4) menciona que “o termo revocação é empregado para designar a capacidade de recuperar documentos úteis, e precisão para designar a capacidade de evitar documentos inúteis”.

Para tanto, a realização de um trabalho de qualidade nessa fase deve-se levar em consideração o plano de classificação de documentos que indicará as séries e subséries como níveis de indexação necessários a correta representação e recuperação da informação arquivística.

3 A GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS ORGANIZAÇÕES

As organizações que trabalham com documentos orgânicos são formadas pelas atividades, funções e a estrutura da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas refletidas nos conjuntos documentais. Duranti (1994 *apud* Fonseca, 2005, p. 56) estabelece que “os registros arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados naturalmente nas administrações, em função dos seus objetivos práticos; os registros arquivísticos se acumulam de maneira contínua e progressiva [...]”.

Nos arquivos brasileiros são poucos os casos em que a documentação está bem estruturada e organizada de forma a proporcionar a localização rápida de seu conteúdo.

Quando este procedimento não é realizado, verifica-se que existe desconhecimento quanto aos procedimentos arquivísticos de guarda dos documentos, organizando-os da maneira mais conveniente. Na realidade, os documentos arquivísticos necessitam da aplicação de uma gestão documental em seus acervos, através de técnicas apresentadas pela Arquivologia.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, arquivo é um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.” (ARQUIVO, 2005, p. 27). De acordo com Roncaglio; Szvarça; Bojanoski (2004, p.03) consideram que “a função da arquivologia é guardar a documentação e, principalmente, fornecer aos interessados as informações contidas em seus acervos de maneira rápida e segura”.

Sendo assim, um arquivo em uma organização é um ambiente de armazenamento natural de informações registradas em suportes que refletem a sua trajetória histórica e informacional, estando acessível a quem delas necessitem, salvo aquelas que estão classificadas como sigilosas.

Para tanto, se faz necessário nos arquivos a prática de alguns procedimentos técnicos para que a recuperação dessas informações seja realizada de forma efetiva.

A Lei 8.159/1991 em seu artigo 3º define gestão de documentos como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (BRASIL, 1991).

A referida Lei divide os arquivos, em três fases que representam o ciclo de vida dos documentos, são eles:

- a- Arquivos correntes: aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam de consultas freqüentes.
- b- Arquivos intermediários: aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente; e
- c- Arquivos permanentes: os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados, esses documentos são inalienáveis e imprescritíveis. (BRASIL, 1991).

Segundo Paes (2004) as fases da gestão de documentos envolvem: a produção, fase na qual o arquivista deve orientar no sentido que sejam criados

apenas documentos relevantes à organização, apresentar estudos sobre a adequação e melhor aproveitamento de recursos reprográficos e informáticos, contribuir para a difusão de normas e informações necessárias ao bom funcionamento; a utilização envolve as atividades de protocolo, recebimento, registro, expedição, organização, arquivamento em fase corrente e intermediária e elaboração de normas de acesso à documentação; e a avaliação e destinação final dos documentos, fase na qual se estabelecem prazos de guarda, e determina o perfil do documento do arquivo permanente.

Assim, a gestão de documentos é uma operação arquivística imprescindível. Visa reduzir seletivamente a massa documental a partir da organização e conservação, envolvendo todo o ciclo de existência dos documentos, desde a sua produção até a eliminação ou recolhimento para o arquivo permanente, sem menosprezar a integridade contida na informação, economizando tempo e espaço e evitando o desgaste psicológico profissional.

Nessa perspectiva, o Gerenciamento Eletrônico dos Documentos (GED) atua diretamente na atividade de captura, representação de dados e controle de acesso às informações em compartilhamentos de base de dados, satisfazendo aos pesquisadores.

3.1 O Gerenciamento Eletrônico de Documentos

As transformações ocorridas no século XX foram fundamentais para o surgimento de uma revolução tecnológica concentrada nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação em que iniciaram as mudanças na base material da sociedade, em ritmo acelerado, ocasionando uma nova dinâmica de produção e disseminação da informação, impulsionada após a Segunda Guerra Mundial. (CASTELLS, 2006).

É nesse cenário mundial que as inovações tecnológicas se disseminam, entre elas a internet concebida na década de 60, originalmente pensada como

instrumento a ser usado em um possível período de guerra. Entretanto, o desdobramento desse processo foi uma rede de informação capaz de revolucionar a maneira de conceber a informação e a comunicação.

Segundo Castells (2006, p. 69)

o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação e informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso.

A produção de documentos e informações na sociedade atual é cada vez maior, tornando os arquivos nas organizações em órgãos de assessoramento e de pronta informação sobre os documentos produzidos, o que necessita de um gerenciamento antes de sua gestão eletrônica.

Rousseau e Couture (1998) afirmam que as organizações nem sempre percebem na informação, um recurso fundamental estando no mesmo nível que os recursos humanos, materiais e financeiros. As organizações precisam investir

na implementação do sistema de aquisição, processamento e armazenamento inteligentes de informações e do conhecimento, única forma de dispor de bases de dados, informações e conhecimentos suscetíveis de informar corretamente e de alcançar o domínio da informação (ROBREDO, 2004, p.12).

Nessa perspectiva, o GED possui algumas peculiaridades importantes na forma de criar, armazenar, distribuir um documento de arquivo, como também gerir e otimizar um fluxo de trabalho baseado em documentos eletrônicos, agilizando o processo de comunicação e aumentando a produtividade nas transações e negócios.

O GED atua principalmente no âmbito da captura da imagem (digitalização); armazenamento; automação de fluxos de trabalho (*workflow*); indexação (cadastro do documento na base de dados) e viabiliza a disponibilização dessas informações digitalizadas, tornando-as cópias fiéis dos documentos originais.

Com esse processo é possível padronizar a representação e/ou classificação dos documentos, por meio de linguagens específicas, e os centraliza em uma única base permitindo a troca de conhecimentos.

Após todo o processo de digitalização e indexação dos documentos em ambiente eletrônico, o usuário possui o contato direto com o sistema de GED, assegurando que o trabalho tenha sido funcional e muito bem realizado, fazendo com que o documento físico seja completamente indiferente quando se tratar do tempo de busca pela informação.

Bearman (1993 *apud* RONDINELLI, 2005, p. 62) define Sistemas de Gerenciamento Arquivístico de Documentos como sistemas “organizados para cumprir com as funções específicas de criar, armazenar e acessar documentos arquivísticos para fins de prova.” Informa ainda que esses sistemas são projetados para atender à organização, ou seja, “são otimizados para apoiar negócios e transações da organização criadora mais do que para recuperar informação de um modo geral.”

Dessa forma, o GED proporciona para as rotinas administrativas maior eficiência e eficácia na recuperação de documentos arquivísticos, sobretudo os documentos probatórios, além de reduzir o espaço físico e possibilitar o armazenamento dos documentos com segurança.

Desse modo, sob a ótica do e-ARQ (2011, p. 10), o GED:

é um conjunto de tecnologias utilizadas para organização da informação não estruturada de um órgão ou entidade, que pode ser dividido nas seguintes funcionalidades: captura; gerenciamento; armazenamento e distribuição. Entende-se por informação não estruturada aquela que não está armazenada em banco de dados, como mensagem de correio eletrônico, arquivo de texto, imagem ou som, planilha etc.

Após a digitalização e armazenamento da informação arquivística em um sistema eletrônico (*software*), são definidos os campos indexadores (de representação) junto à organização e a quantidade de caracteres em cada campo indexador. Os

documentos podem ser indexados pela tipologia do documento, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), número do Registro Geral (RG), nome da razão social, datas tópica e cronológica, nome do interessado, etc.

Nesse processo, é de extrema importância haver uma lista, como um vocabulário controlado dentro da organização, criando assim uma padronização da linguagem documentária utilizada para que não se percam informações importantes.

O sistema eletrônico (*software*) é capaz de realizar a indexação automaticamente, em alguns casos, através de um sistema eletrônico de reconhecimento óptico de caracteres, não funcionando para textos manuscritos, o chamado *Optical Character Recognition* (OCR).

Em outras palavras, essa indexação por reconhecimento OCR é a detecção automática do código de barra ou campo escolhido pelo usuário na indexação automática da informação arquivística. Essa é a etapa mais importante no GED, pois é na indexação que a informação deve ser bem representada e efetivamente recuperada em tempo ágil e preciso para o usuário.

Contudo, as informações arquivísticas eletrônicas sem gestão, implica provavelmente, com o passar do tempo, em muitas cópias de documentos de diversas versões, duplicidades, provocando uma má utilização do espaço em discos e custos desnecessários no armazenamento. Em combate a isso, as organizações devem se conscientizar da importância que há em considerar uma gestão documental antes de uma gestão eletrônica.

E é nessa perspectiva, que a informação arquivística se faz presente em uma organização, para atender aos fins específicos que venham a surgir no decorrer de suas atividades cotidianas. A influência tecnológica somente tem a contribuir para o cumprimento das atividades desenvolvidas, aliada ao desenvolvimento das práticas de representação da informação arquivística.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ciência da Informação a partir dos estudos com os aspectos semânticos da informação contribui sobremaneira para a arquivística, tendo na representação da informação a base para o entendimento das atividades de processamento, organização, recuperação, disseminação e uso da informação, utilizando como instrumento principal as Linguagens Documentárias.

As Linguagens Documentárias vieram para controlar as terminologias das áreas do conhecimento científico, ou seja, a partir de um controle de vocabulário. As listas de descritores, tesouros ou mesmo o próprio plano de classificação documental, devem obedecer às Linguagens Documentárias em cada área de especialidade.

Assim sendo, a indexação da informação atua junto ao GED aliada a representação da informação arquivística de forma a proporcionar ao indexador a identificação de cada termo para cada área do conhecimento científico. Oferecendo dessa maneira ao usuário grande certeza no momento da busca pela informação, recuperando-a precisamente e auxiliando-o na mudança de pensamento e na tomada de decisões, transformando aquela informação recuperada em conhecimento apreendido.

Os produtores, os gestores e os usuários da informação arquivística devem estar em constante evolução para o aperfeiçoamento de sua representação. E, os Arquivistas precisam estar bem capacitados para corresponder às expectativas do mercado, cada vez mais, tecnológico-digital, criando novas ferramentas de recuperação dos documentos eletrônicos e baseando-se naquilo que o usuário necessita, isto é, a informação bem gerida.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO. In: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 27. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>> . Acesso em: 11 out. 2013.

BENTES PINTO, Virgínia. Interdisciplinaridade na Ciência da Informação: aplicabilidade sobre a representação indexal. In: BENTES PINTO, Virgínia; CAVALCANTE, Lídia Eugênia; SILVA NETO, Casemiro. **Ciência da Informação: abordagens transdisciplinares, gêneses e aplicações.** Fortaleza: Edições UFC, 2007. 261p. p. 105 - 142.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 05 fev. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução: Roneide Venancio Majer. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. 1.1. versão. **Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos.** Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2011. 136 p.

FERREIRA, Sandra Patrícia Alaíde; DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. A leitura, a produção de sentidos e o processo inferencial. **Psicologia em Estudo.** Maringá, v. 9, n.3, p. 439-448, set/dez. 2004.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação.** Rio de Janeiro: FGV, 2005. 124p.

GUINCHAT, Claire; MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** 2. ed. corrigida e aumentada. Brasília: IBICT, 1994.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática.** 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LARA, M. L. G. de. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **Data Gramma Zero: revista de Ciência da Informação.** v. 2, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez01/Art_03.htm>. Acesso em: 05 fev. 2014.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação.** Trad. de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. 2. ed. Brasília : Briquet de Lemos - Livros. 2004.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011. 271p.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. Construção de Linguagens Documentárias em Sistemas de Recuperação da Informação: a importância da garantia do usuário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 17-30, 2012.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 228p.

REZENDE, Denis Alcides. Evolução da Tecnologia da Informação nos Últimos 45 anos. **Revista FAE BUSINESS**, n.4, p. 42-46, 2002.

ROBREDO, Jaime. Organização dos documentos ou organização da informação: uma questão de escolha. **DataGramZero**, v.5, n.1, 2004.

RONCAGLIO, Cintia; SZVARÇA, Décio Roberto; BOJANOSKI, Silvana de Fátima. Arquivos, Gestão de Documentos e Informação. **Encontros BIBLI: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., 2 sem. 2004.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 4ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 160p.

ROUSSEAU, Jean; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SALES, Rodrigo de. Suportes Teóricos para pensar Linguagens Documentárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v.5, n. 1, p. 95-114, jul/dez 2007.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

ESTUDO DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS USUÁRIOS INTERNOS DO INSTITUTO MIGUEL ARRAES

*Camila Augusta Lima Alves¹
Luciana Ferreira da Costa²*

RESUMO

A pesquisa em relato se debruça sobre a caracterização do comportamento informacional dos usuários internos do Arquivo do Instituto Miguel Arraes (IMA). Usuários internos assim considerados indivíduos que se encontram subordinados administrativamente a qualquer tipo de organização. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, pautada em abordagem quanti-qualitativa. Utiliza para a coleta dos dados o questionário. Os resultados mostram que o grupo investigado apresenta um comportamento informacional que os impele ao desenvolvimento de práticas informacionais para aspectos como tomada de decisão, resolução de uma lacuna informacional, dentre outros. Buscam os mais diversos canais de informação, sendo os mais citados livros e *internet*. Aponta que o IMA necessita de melhorias em sua infra-estrutura, com vistas ao estabelecimento de uma política de divulgação de sua existência e trabalho, além do fomento à frequência de usuários externos.

Palavras-chaves: Comportamento informacional. Usuários internos. Instituto Miguel Arraes. Arquivo.

INFORMATIONAL BEHAVIOR STUDY OF INTERNAL USERS OF INSTITUTO MIGUEL ARRAES

ABSTRACT

Research on the information behavior of users within the Archivology still scarce. Thus, to minimize this scenario, the research reported here focuses on the characterization of information behavior (needs, seeking and use of information) of the internal users of the Archive of the Instituto Miguel Arraes (IMA). Internal users as well regarded individuals who are administratively subordinated to any type of organization. This is an exploratory and descriptive, based on quantitative and qualitative approach. Used for data collection questionnaire. The results show that the investigated group presents an informational behavior that drives the development of information practices on issues such as decision making, resolution of an informational gap, among others. Seek the most diverse information channels, the most cited books and internet. Points out that the IMA needs improvements in its infrastructure, with a view to establishing a policy of disclosing their existence and work, besides fostering the frequency of external users.

Keywords: Information behavior. Internal users. Instituto Miguel Arraes. Archive.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Acadêmica do Curso de Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: mana.augusta@gmail.com

² Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Ciência da Informação e Bacharela em Biblioteconomia pela UFPB. E-mail : lucianna.costa@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento desta investigação foi motivado por três aspectos: o primeiro devido à escassez de estudos de usuários ou de comportamento informacional no âmbito da Arquivologia, conforme pontua Jardim (2009). O segundo aspecto refere-se a não realização deste tipo de estudo no contexto do Instituto Miguel Arraes (IMA), especificamente, em seu arquivo. Já o terceiro aspecto refere-se ao contato da primeira autora com a instituição, na qualidade de prestadora de serviços técnicos, o que fez reconhecer a importância do trabalho dos indivíduos que atuam no local constituindo-se como parte integrante deste espaço. Tais aspectos, além do contato com autores e sua produção científica sobre o tema na disciplina Estudo de usuários da informação no Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, justificam a realização desta pesquisa que tem como eixo o seguinte questionamento: como se constitui o comportamento informacional dos usuários do IMA?

Neste sentido, com vistas a trazer respostas ao questionamento, determinou-se como objetivo caracterizar o comportamento informacional (necessidade, busca e uso da informação) dos usuários internos do IMA.

O usuário interno é definido por Nuñez Paula (2004) como toda pessoa, grupo ou entidade que se encontra subordinada por vínculo administrativo à mesma gerência que a unidade de informação.

Para melhor compreensão do fenômeno pesquisado, o artigo apresentará uma breve discussão acerca dos estudos de usuários ou comportamento informacional nas seções dois e três. O ambiente da pesquisa, IMA, é apresentado na seção quatro. A metodologia é apresentada na seção cinco e os resultados da pesquisa na seção seis para, em sequência, apresentar as considerações finais.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORIGEM DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS OU DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

A literatura dos estudos de usuários é bastante profícua na área da Ciência da Informação, no entanto quase em sua totalidade voltada para o contexto de unidades de informação do tipo biblioteca. Assim, segundo Jardim e Fonseca (2004, p. 4) “a literatura arquivística sobre estudos de usuários é pouco expressiva quando comparada a outros temas como transferência de documentos, avaliação, arranjo e descrição, etc”. Esta foi uma das constatações levantadas quando os autores realizaram uma revisão de literatura debruçando-se sobre o conhecimento publicado nas últimas três décadas na área arquivística. Certamente, este cenário passou por uma tímida mudança, contudo sem alçar significativa proliferação de pesquisas.

Compreende-se que os estudos de usuários têm em sua história pesquisas de cunho diverso que são úteis ao planejamento de produtos e serviços de informação, além de pesquisas voltadas para o estudo das necessidades da informação, estudo de demanda de informação, estudo de usos da informação, estudos de satisfação com os serviços informacionais, e estudos de impacto (GONZALEZ TERUEL, 2005).

Autores da Ciência da Informação (ARAÚJO, 2007, 2008, 2009; COSTA; SILVA; RAMALHO, 2009; CUNHA, 1982; BAPTISTA; CUNHA, 2007; GASQUE; COSTA, 2010) apontam que as primeiras reflexões sobre os estudos de usuários surgiram na década de 1940 como resposta à explosão de informações científicas e das novas tecnologias. Assim, procurando atender as novas demandas informacionais do pós-guerra, os estudos de usos e usuários passam a consolidar-se enquanto área de pesquisa dentro da Ciência da Informação.

Segundo Cosin e Ingwersen (2000 *apud* PRESSER; SILVA, 2012) os estudos de usuários se centravam nas necessidades de informação dos indivíduos e no desempenho das unidades de informação. Com o tempo isto foi sofrendo mudanças, ou melhor, houve um alargamento do foco de reflexão passando a contemplar o comportamento do indivíduo na busca por informação. As autoras mencionam que

na contemporaneidade os estudos contemplam abordagens que consideram o contexto social e organizacional como influenciador das práticas dos usuários.

Os estudos de usuários ou de comportamento informacional são conceituados como investigações sobre a relação dos usuários com a diversidade de fontes ou canais informacionais que estes têm acesso, englobando suas necessidades, formas de busca de informação (ativa ou passiva) e o uso desta para mudança de um estado irregular de conhecimento.

Assim, investigar os usuários “significa perceber que existem indivíduos usando, buscando, sentindo falta ou disseminando informação, e que essas ações os constituem [...] sujeitos informacionais” (ARAÚJO, 2013, p. 3).

No tocante à área da Arquivologia, de acordo com Jardim e Fonseca (2004), nem sempre esta engloba o termo usuário em sua literatura. O termo ainda é minimizado na seara conceitual da área. Os autores apresentam em seu artigo intitulado “Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte” o Anexo 1 em que listam nove obras (livros) da área arquivística em que três delas não abordam o termo usuário, enquanto que as demais a abordam de modo transversal, ou seja, utilizam termos semelhantes. Já o Anexo 2 que também lista nove obras (dicionários e glossários) a quantidade de ocorrência do termo aparece em cinco delas.

Neste sentido, esta pesquisa foi idealizada para minimizar a lacuna de estudos de usuários ou de comportamento informacional no âmbito da Arquivologia, contemplando a possibilidade de estudos que investiguem, a relação dialógica entre arquivo-usuário-arquivista (JARDIM; FONSECA, 2004).

3 O INSTITUTO MIGUEL ARRAES (IMA)

O Instituto Miguel Arraes (IMA) foi fundado no ano de 2001, por iniciativa de Magdalena Arraes, viúva de Miguel Arraes³, que exerce o cargo de atual diretora executiva do instituto.

A missão do instituto é preservar a memória e obra de Miguel Arraes promovendo seus ideais no campo da política, da cultura, da educação, da cidadania, da inclusão social, do desenvolvimento econômico, da ciência e tecnologia, sempre em defesa dos interesses nacionais e populares. Para tanto, desenvolve as seguintes atividades (INSTITUTO MIGUEL ARRAES, 2013):

- a) Constituir e conservar acervo documental sobre a vida e a obra de Miguel Arraes, bem como divulgar seus ideais por todos os meios, eletrônicos inclusive;
- b) produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, trabalhos, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, relacionados a sua finalidade.
- c) promover atividades relacionadas, direta ou indiretamente, com a educação, cultura, cidadania, ciência e pesquisa, com ênfase no fomento e divulgação das tecnologias sociais;
- d) atuar junto à comunidade em projetos de assistência e desenvolvimento social, econômico, educacional e de fomento de políticas culturais e de tecnologia social;
- e) desenvolver políticas públicas e privadas a fim de propiciar a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento sócio-econômico;
- f) promover, coordenar e desenvolver programas, projetos e ações ambientais, educacionais, culturais, de saneamento e outras;
- g) promover o desenvolvimento da cidadania e de valores democráticos;

³ Miguel Arraes, nascido no interior do Ceará, foi um líder político do Brasil. Foi prefeito de Recife, deputado estadual, deputado federal e por três vezes governador do estado de Pernambuco.

h) firmar convênios ou acordos, com entidades congêneres e afins, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, promovendo intercâmbios de mútuo interesse;

i) prestar serviços de consultoria e assessoria nas áreas de sua atuação, a entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

j) participar de empreendimentos e sociedades, inclusive com ações e cotas que permitam ao instituto viabilizar as finalidades sociais e não lucrativas dos projetos e os recursos para a sua consecução.

l) execução de outras atividades compatíveis com a finalidade do instituto.

Informações sobre sua idealização, finalidade, fotos, vídeos, publicações, funcionamento, dentre outras constam da *homepage* do IMA, visualizada na Figura 1:

Figura 1 - *Homepage* do IMA



Fonte: <http://www.institutomiguelarraes.com.br/>

O IMA está sediado no bairro de Casa Forte no Recife com funcionamento de segunda a sexta-feira no horário de 8 às 17 horas.

O acervo é composto por documentos, livros e jornais. O arquivo respeita o Princípio da Proveniência e Respeito aos Fundos, que nesse caso é o fundo pessoal de Miguel Arraes. Para a ordenação do acervo, utiliza o Método Variadex. Este método, segundo Paes (2004, p. 92) “é uma variante do [método] alfabético. [...] Consiste

basicamente em dividir os arquivos em seções menores. [...] trabalha-se com uma chave constituída de cinco cores.” Desta forma, apresenta-se no Quadro 1 as séries documentais do IMA pela utilização do Método Variadex:

Quadro 1 - Séries documentais existentes no Arquivo do Instituto Miguel

SÉRIE	COR UTILIZADA
Exílio	Vermelha
Governo	Azul
Pessoal	Laranja
Partido político	Verde
Documentos anteriores ao governo	Amarela
Documentos especiais	Dourada

Fonte: Autoria própria com base na relação descritiva do acervo do IMA

A série Exílio diz respeito a toda documentação referente ao período da ditadura militar brasileira, em que Arraes esteve exilado na França e manteve contato com diversos líderes políticos de outros países, como Yasser Arafat⁴, bem como com artistas brasileiros que também sofreram perseguição política como Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso, dentre outros.

Na série Governo encontra-se a documentação referente aos anos em que Arraes se manteve no poder como governador do Estado de Pernambuco. Esta série compõe-se de ofícios, memorandos, circulares, documentações comuns aos trâmites diários de qualquer instituição pública.

Por sua vez, a série Pessoal engloba a documentação que a equipe do instituto considerou como particular de Miguel Arraes, tais como manuscritos, esboços, correspondências familiares, recortes de jornais e livros.

⁴ Quando vivo, foi líder da Palestiniiana, desde 1969 e da Organização para a Libertação da Palestina. Defendeu seu país até 2004, ano de sua morte por falência múltipla dos órgãos.

Na série Partido Político estão dispostas documentações que tratam do partido político ao qual Arraes era filiado. Esta série engloba correspondências com correligionários e burocracias partidárias.

A série Documentos anteriores ao Governo engloba as cartas, correspondências, ofícios referentes ao período em que Arraes se manteve como político na Prefeitura do Recife.

Por fim, a série Documentos especiais diz respeito também a manuscritos pessoais, cópias de livros, artigos.

Mesmo englobando uma vasta massa documental, o IMA não possui um sistema de busca informatizado, o que dificulta o acesso à informação pelos usuários. O único instrumento de pesquisa que existe no instituto é o catálogo da série Exílio, espécie documental Boletins Informativos, o qual se encontra informatizado e disponibilizado para pesquisa.

Observou-se que não há um Plano de Classificação para o arquivo. Assim, cada documentação recebe uma descrição, contendo apenas a série, espécie e assunto, que ficam localizadas dentro das caixas-arquivo antecedendo seu respectivo documento.

Para localizar qualquer documento é necessário que o usuário esteja munido ao menos do assunto e ano⁵.

O arquivo é fisicamente localizado na antiga residência de Miguel Arraes, a qual atualmente abriga apenas a referida unidade informacional. Todo o acervo se encontra disposto na parte interna, em uma sala com aproximadamente 70 m², conforme se visualiza na Foto 1:

⁵ Se um usuário necessita de informação sobre a ditadura militar, período em que Arraes esteve exilado, no ano de 1971, os colaboradores do IMA entregarão a caixa da série Exílio – 1970 à 1975.

Foto 1 - Espaço físico que abriga o acervo do IMA.



Fonte: Alves (2013)

Há uma grande quantidade de massa documental aguardando a realização do trabalho de higienização e acondicionamento adequado. Quando os documentos passam pela higienização são dispostos em caixas fabricadas em material de polipropileno – material neutro que visa à proteção, evitando futuras acidificações e aparecimento de fungos e insetos. A foto 2 se refere às caixas em comento:

Foto 2 - Caixas em material de polipropileno dispostas em estantes de aço



Fonte: Alves (2013)

O trabalho de higienização da massa documental é realizado por colaboradores do IMA na área externa do instituto, conforme Foto 3:

Foto 3 - Trabalho de higienização da massa documental do IMA



Fonte: Alves (2013)

É possível perceber nesta foto que os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual para tratamento da massa documental. No entanto, o IMA não conta com equipamentos de proteção coletiva, tais como ar-condicionado, desumidificadores, termo higrômetros e lâmpadas fluorescentes adequadas. Há apenas um computador com acesso à *Internet* e o *laptop* contendo algumas relações da documentação e o catálogo dos Boletins Informativos.

Conforme informações obtidas em visita ao local para realização da pesquisa em relato, até o momento não há uma política de divulgação do acervo, daí o fato do referido arquivo receber cerca de um a dois usuários externos por ano, os quais expuseram ter conhecimento do instituto no âmbito das universidades.

Os usuários têm acesso à documentação, sem prioridades para acesso a uns ou para outros. Estes não recebem quaisquer orientações quanto ao manuseio da documentação, ao chegarem no IMA apenas expõem sua demanda aos colaboradores sem qualquer encaminhamento escrito ou preenchimento de ficha cadastral sendo atendidos imediatamente.

4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A pesquisa em relato é de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória realiza descrições precisas de uma dada realidade, descobrindo elementos que compõem a realidade e suas relações (CERVO; BERVIAN, 1996). A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou variáveis sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN, 1996).

A descrição e explicação dos dados deram-se pela utilização dos métodos quantitativo e qualitativo. O método quantitativo se constitui do emprego da quantificação desde a coleta até à análise dos dados pelo emprego de técnicas estatísticas (percentual, média, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, dentre outras) (RICHARDSON, 2008). O método qualitativo se dedica à descrição de um determinado problema, analisando a interação de variáveis, com vistas à compreensão e classificação de processos dinâmicos vividos por grupos sociais (RICHARDSON, 2008).

Os sujeitos da pesquisa são os colaboradores do IMA, denominados nesta pesquisa como usuários internos do instituto. Assim, o universo da pesquisa foi composto de seis usuários (100%), no entanto, a amostra da pesquisa se configurou por quatro usuários (67%), os quais participaram efetivamente preenchendo o instrumento de coleta de dados.

Para a coleta de dados, utilizou-se de um questionário elaborado com questões abertas e fechadas referentes ao perfil e comportamento informacional do grupo investigado. A aplicação do questionário deu-se pessoalmente no mês de julho de 2013, durante a última semana do referido mês, no turno da tarde. Pretendia-se utilizar também a técnica da entrevista, a qual seria realizada com a viúva de Arraes, Magdalena Arraes, o que não foi possível por problemas de saúde da mesma.

Determinou-se para a análise dos dados o estabelecimento de três variáveis: perfil, Comportamento informacional dos usuários e avaliação do IMA.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados, por meio da aplicação de questionários, estão organizados de acordo com as variáveis da pesquisa. Considerando a variável perfil dos sujeitos, identificou-se o gênero, a faixa etária, a formação acadêmica e o tempo de atuação no IMA. A variável comportamento informacional foi caracterizada mediante a identificação das necessidades, dos canais que os usuários buscam para sanar suas necessidades de informação. A última variável diz respeito à análise dos usuários sobre o IMA.

5.1 Perfil dos usuários

Os usuários internos (UI) que participaram da pesquisa, denominados por UI 1, UI 2, UI 3 e UI 4, têm suas características descritas no Quadro 2:

Quadro 2 - Perfil dos usuários internos do IMA

Características	UI 1	UI 2	UI 3	UI 4
Faixa etária	Entre 18 e 24 anos	Entre 25 e 30 anos	Entre 25 e 30 anos	Entre 25 e 30 anos
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
Formação acadêmica	Ensino superior cursando	Ensino superior completo	Ensino superior completo	Ensino superior completo
Vínculo com o IMA (cargo)	Estagiário	Funcionário terceirizado	Funcionário terceirizado	Funcionário terceirizado
Tempo de trabalho no IMA	Entre 1 mês a 1 ano	Entre 1 mês a 1 ano	Entre 1 mês a 1 ano	Entre 2 a 4 anos
Renda mensal	1 a 3 salários mínimos	1 a 3 salários mínimos	1 a 3 salários mínimos	1 a 3 salários mínimos
Setor de trabalho no IMA	Conservação e restauro	Conservação e restauro	Conservação e restauro	Organização do acervo

Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Pelo exposto no Quadro 2, observa-se que a maioria dos usuários se encontra na faixa etária que vai dos 25 aos 30 anos. Há maior ocorrência de usuários do sexo feminino.

Os respondentes, com vínculo de funcionário terceirizado, possuem curso superior completo. Apenas um usuário se encontra cursando esta etapa de educação formal, que se refere ao usuário que se enquadra na categoria de estagiário do IMA.

Quanto ao tempo de atuação no instituto, apenas um usuário respondeu ter entre 2 a 4 anos. A maioria tem entre 1 mês a 1 ano.

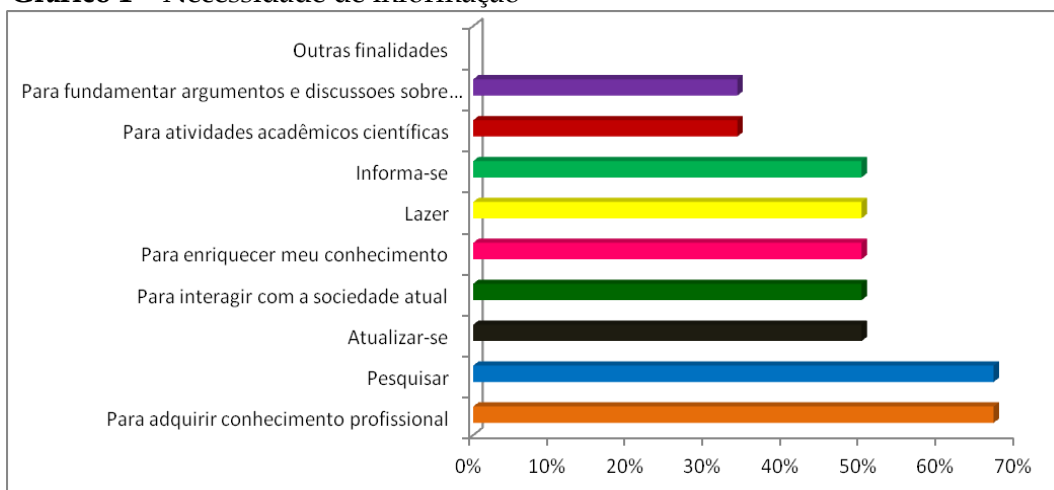
A totalidade dos respondentes percebem, em termos salariais, 1 a 3 salários mínimos. A maioria dos respondentes desenvolve sua atividade profissional no setor de conservação e restauro.

5.1 Comportamento informacional dos usuários

O comportamento informacional parte do reconhecimento de um problema, *gap*, lacuna ou necessidade em direção à busca por uma solução viável, por isso engloba questões relacionadas à necessidade, busca e uso da informação. Assim, adentrando a estas questões apresentam-se os resultados quanto à variável Comportamento informacional.

Desta forma, no que se refere às necessidades de informação dos usuários, obteve-se que o grupo investigado necessita de informação para, em sua maioria adquirir conhecimento profissional e para pesquisar. Estes dois tipos de necessidade de informação foram apontados por 67% dos usuários, respectivamente. Também foram apontadas com significativa ocorrência: atualização; interação com a sociedade; enriquecimento de conhecimento; lazer e, para se manterem informados, todos com o mesmo percentual: 50%. As necessidades de informação para embasamento de argumentos e discussões e desenvolvimento de atividades acadêmicas foram mencionadas por 36%, conforme Gráfico 1:

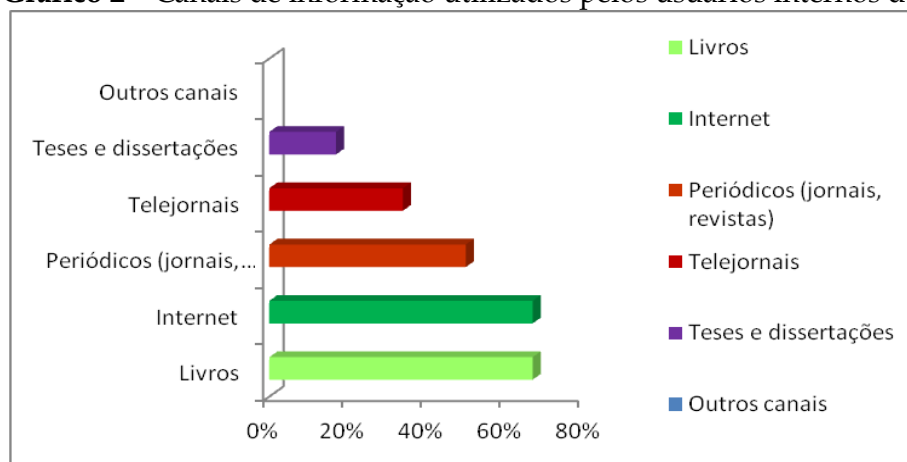
Gráfico 1 - Necessidade de informação



Fonte: Dados da pesquisa, 2013

No Gráfico 2, é possível constatar que o grupo investigado utiliza os mais variados canais de informação quando se deparam com suas necessidade de informação. Assim, obteve-se que 67% dos usuários utilizam os livros e a *Internet*. Apontaram, ainda, periódicos, telejornais e teses e dissertações, com 50%, 34% e 17%, respectivamente.

Gráfico 2 - Canais de informação utilizados pelos usuários internos do IMA



Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Em relação aos canais de informação buscados e utilizados, os usuários foram questionados sobre seu conhecimento de outro idioma, estes apontaram o idioma inglês, em nível básico e intermediário. Nenhum dos respondentes possui domínio do idioma em nível avançado. Quanto ao idioma espanhol, os respondentes afirmaram ter conhecimento deste idioma em nível básico.

5.2 Avaliação dos usuários sobre o IMA

Por fim, solicitou-se que os respondentes tecessem considerações sobre o Arquivo do Instituto Miguel Arraes. Desta forma, obteve-se que 34% dos respondentes consideram o IMA um lugar interessante, contra 66% que não apresentou opinião sobre o instituto. Pelas considerações expostas pelos usuários, elencou-se o que necessita de melhorias no instituto, conforme discriminado na Tabela 1:

Tabela 1 - Pontos que necessitam de melhorias no IMA

Descrição	Ocorrência
Iluminação	100%
Gestão	70%
Acessibilidade	70%
Quantidade de mesas e cadeiras	70%
Sinalização	70%
Acervo	70%
Recursos financeiros	70%
Quantidade de computadores	40%
Recursos humanos	40%
Ambiente reservado para estudos	40%
Higiene do acervo	30%
Atendimento	30%

Fonte: Dados da pesquisa, 2013

Nesta avaliação, pontos que aparecem com significativa ocorrência: a iluminação, a gestão, a acessibilidade, a quantidade de mesas e cadeiras, a sinalização, o acervo e os recursos financeiros. Contudo, os outros itens também merecem destaque e devem ser motivo de atenção e investimento por parte do IMA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em relato chama a atenção para a necessidade de realização de estudos de usuários ou de comportamento informacional dos usuários no âmbito da área arquivística, atentando, sobretudo, à relação dialógica arquivo-usuário-arquivista. O que se justifica pela insuficiente literatura na área, suscitando uma infinidade de possibilidades, pois de acordo com Araújo (2012, p. 157) “[...] muito se há por dizer, discutir, argumentar e problematizar no campo dos estudos de usuários”.

Este tipo de estudo tem sua importância para a compreensão e dinamização dos serviços prestados por qualquer unidade de informação, no entanto, vislumbrando a contemporaneidade destes estudos, ou seja, colocando em relevo o sujeito informacional e a forma como este interage ativamente com a matéria informação.

A informação pode ser usada para o atendimento de inúmeras necessidades, tais como responder questionamentos, solucionar problemas, tomar decisões, dar sentido a uma situação de *gap*. Assim, faz-se necessário conhecer como o usuário, seja ele interno ou externo, desenvolve suas práticas informacionais.

Refletindo-se sobre os usuários que atuam no IMA, e por suas próprias considerações, é fato que o instituto necessita investir em melhorias em sua estrutura em vários aspectos.

O instituto, como unidade de informação, necessita ser repensado, objetivando garantir maior conforto aos seus usuários internos e externos, dinamizando a busca e otimizando o tempo nas pesquisas informacionais, além de estabelecimento de

política de divulgação da instituição, o que fomentaria a frequência de usuários externos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Augusta Lima. **Espaço físico que abriga o acervo do IMA**. 2013. 1 fotografia, color.

_____. **Caixas em material de polipropileno dispostas em estantes de aço**. 2013. 1 fotografia, color.

_____. **Trabalhos de higienização da massa documental**. 2013. 1 fotografia, color.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: uma abordagem na linha ICS. In: REIS, A. S; CABRAL, A. M. R. (Org.). **Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas**. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 81-100.

_____. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008. São Paulo. **Anais...** Brasília: ANCIB, 2008.

_____. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010.

_____. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012.

_____. O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, ANCIB, 2013.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos. Estudo de usuário: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n.2, p. 168-184, maio/ago. 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. (Re) visitando os estudos de usuários: entre a “tradição” e o “alternativo”. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, ago./ 2009.

CUNHA, Murilo Bastos. Metodologias para estudos de usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 10, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 1982.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n.1, p. 21-32, jan./abr., 2010.

GONZÁLEZ TERUEL, Aurora. **Los estudios de necesidades y usos de la información**: fundamentos y perspectivas actuales. Ediciones Trea S. L., 2005.

INSTITUTO MIGUEL ARRAES (IMA). Disponível em:
<http://www.institutomiguelarraes.com.br/>. Acesso em : 13 mar. 2013.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out./2004.

NUÑEZ PAULA, Israel. Las necesidades de información y formación: perspectivas socio-psicológica e informacional. *Acimed* 2004; v. 12, n. 5. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/aci/vol12_5_04/aci04504.htm>. Acesso em: 25 fev. 2009.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PRESSER, Nadi Helena; SILVA, Marcela Lino da. Estudo do usuário da informação: o contexto e as características do trabalho dos gestores acadêmicos. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 139-150, maio/ago. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Estudos de usuários pela perspectiva de profissionais bibliotecários. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, ANCIB, 2013.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: estudo de caso no Arquivo Geral da Pró-Reitoria Administrativa da Universidade Federal da Paraíba

Genoveva Batista Nascimento¹

Janaína Lima Santos²

RESUMO

Baseado nas recomendações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) que estabelece diretrizes de conservação para a documentação permanente, a pesquisa objetiva analisar a importância da segurança da informação no Arquivo Geral da Pró-Reitoria Administrativa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A segurança da informação retratada neste artigo refere-se ao meio ambiente das instituições, os controles físicos que são medidas eletrônicas para o controle de entrada e saída de pessoas aos ambientes, a exemplo: portas, grades, trancas, paredes, blindagem e os controles ambientais que visam proteger os equipamentos, neste caso os documentos e a estrutura do setor de arquivo contra desastres naturais, falhas em estruturas e nas instalações. Esta pesquisa configura-se como exploratória e descritiva e a população pesquisada é composta por três profissionais que atuam no arquivo citado. Para coleta dos dados utilizou-se a entrevista estruturada e para análise dos dados a abordagem qualitativa. Os resultados demonstram que os profissionais que atuam no arquivo têm experiência quanto à organização e possuem conhecimento ao que concerne à segurança da informação no arquivo.

Palavras-chave: Acervos arquivísticos. Segurança da informação. Arquivo Geral da Pró-Reitoria Administrativa - UFPB.

SECURITY OF INFORMATION IN ARCHIVAL COLLECTIONS: case study in the Archives of General Administrative Dean of the Federal University of Paraíba

ABSTRACT

It is founded upon the recommendation of Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) that resolves directives for conservation of records permanent, the research intends to analyze the importance of security of information in the Archive of Pró-Reitoria of the Universidade Federal da Paraíba(UFPB). The security of the information portrayed in this article refers to the institutional environment, the physical controls that are electronic measures to control entry and exit of people to environments, such as: doors, fences, locks, walls, armor and environmental controls designed to protect the equipment, in this case the structure of documents and archival industry against natural disasters, failures in structures and premises. Such research represents an exploratory and descriptive study the analyzed population is composed of three professionals that work in sector of mentioned institution. To collection of data, it was utilized the structural interview and at once to analyze of them, it was utilized the qualitative approach. The results show that the professionals working in the file have experience as organizing files, to have knowledge regarding safety information in the file.

Keywords: archival collections. Information security. General Archive of Dean administrative - UFPB.

¹ Professora dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação /UFPB. E-mail: genoveva_batista@hotmail.com.

² Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: jlma8833@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A segurança da informação em arquivos permanentes é um assunto pouco explorado nos trabalhos acadêmicos. Quando se fala em segurança da informação, logo se pensa em sistemas de informação digitais, sem nos remetermos ao meio ambiente das instituições arquivísticas.

Utilizamos como base teórica para esta pesquisa as Recomendações para a construção de arquivos, elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ em 2000, a Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus, publicado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins em parceria com o museu Villa-Lobos, em 2006 e o Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos do Arquivo Nacional, Meio ambiente, especificamente os cadernos 10 a 12 divulgado em 2001.

A escolha do tema surgiu pela sensibilização de fatos ocorridos advindos da falta de segurança em acervos arquivísticos, a exemplo desses desastres podemos citar o caso do incêndio ocorrido em maio de 2011 na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, especificamente no Palácio da Praia Vermelha que era tombado pelo patrimônio histórico e foi construído entre os anos de 1942 a 1952 e atualmente estava passando por uma reforma, foram destruídos documentos do acervo iconográfico de propriedade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e documentos que tratavam da criação da universidade, também funcionava nesse prédio as aulas do curso de Ciências Jurídica.

Outro exemplo foi a perda da documentação do Arquivo Nacional por circunstâncias das inundações ocorridas em março de 2013 no Estado do Rio de Janeiro, foram perdidos os seguintes documentos: Documentação do período militar, em especial do governo de Getúlio Vargas 1930-1945, documentos do Visconde de Barbacena e de Dom João VI, além de alguns documentos do Ministério da Segurança.

Ademais, é necessário ressaltar que não existe segurança absoluta, mas é importante descobrir quais são os possíveis pontos vulneráveis das instituições, buscando avaliar os riscos e impactos e assim, prover medidas seguras para que sejam implantadas nessas unidades de informação.

2 A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

Em todos os tipos de organização, a informação tem se tornado um produto essencial e se encontra, desde o momento da Revolução Francesa, em 1789, por motivos da explosão informacional, em expansão em todo o mundo. Contudo, é importante não apenas arquivar os documentos, mas sim, arquivá-los de forma segura para que eles estejam disponíveis para as futuras gerações.

De acordo com Bellotto (2004, p. 23), os arquivos são responsáveis pela passagem dos documentos na condição de “arsenal” da administração para a de celeiro da história. E a distância da administração para a história no que concerne aos documentos é apenas uma questão de tempo.

A segurança da informação tem por objetivo suprir as possíveis falhas escondidas dentro das unidades de informação através das medidas descritas na política de segurança de cada arquivo. A importância da segurança da informação está respaldada no sentido de se tentar minimizar as possíveis ameaças existentes dentro do arquivo, especificamente no acervo documental.

É necessário ressaltar que não existe segurança absoluta. Todavia, para se montar uma política de segurança, é necessário que se atente para os seguintes itens: os riscos associados à falta de segurança, estes devem ser previstos; os benefícios e os custos de implantação desses mecanismos.

Na maioria das vezes, os acidentes nessas unidades de informação ocasionam perdas irreparáveis e estas perdas estão relacionadas à segurança do ambiente, ou melhor, à segurança do patrimônio, principalmente, direcionado-se para a falta de cuidados com os “riscos físicos e biológicos”.

Trabalhar segurança da informação em arquivo direcionando para controle ambiental envolve detalhes a serem investigados, uma vez que cada documento de arquivo possui suas particularidades. Quanto à temperatura, Cassares (2000, p. 15), diz que o mais recomendado é manter a temperatura o mais próximo possível de 20°C e a umidade relativa em torno de 45% a 50%, evitando-se assim de todas as formas as oscilações de 3°C de temperatura e 10% de

umidade relativa. O mais recomendado para arquivos é uma temperatura constante e estável no local.

Caso não seja possível fazer tais investimentos com climatização nas instituições, seria interessante fazer um estudo sobre o posicionamento do local e em especial, verificar a vegetação e a topografia do mesmo. (CONARQ, 2000).

Já a umidade relativa do ar está relacionada com a razão da quantidade de vapor de água contido em um determinado volume de ar. Quanto maior for a temperatura mais alta será a umidade do ar. A redução brusca da temperatura reduz a quantidade de água, ocasionando assim a condensação e o aparecimento de gotas de água (COSTA, 2003). Segundo o CONARQ (2000), as faixas de umidade relativa do ar (UR) acima de 65% tanto provocam as reações químicas como favorecem o crescimento dos microrganismos com mais rapidez, porém as faixas abaixo de 40% são muito perigosas para os papéis.

No tocante aos problemas com a iluminação, devemos nos preocupar em dobro, com a luz natural por causa dos raios ultravioletas e infravermelhos emitidos pelo sol, ao mesmo tempo com a luz artificial produzida pelas lâmpadas tanto incandescentes quanto fluorescentes. Para Costa (2003, p. 4), “a luz produz dois efeitos nos documentos que contribuem para a sua deterioração”. O primeiro desses efeitos é o clareamento, desbotamento ou o escurecimento de alguns papéis e em alguns tipos de tintas. O segundo é o aceleração da deterioração da lignina, componente natural responsável pela firmeza e solidez das fibras e o escurecimento deste.

Sobre os agentes biológicos, estes atacam os arquivos através dos ambientes externos ou de materiais infestados trazidos de outros locais ou simplesmente pelo ar. Estes, por sua vez, se alimentam e liberam decomposições. É imprescindível localizar e mapear, nos acervos documentais, o que foi tratado ou não, procurar definir os indícios de infestações antigas, para assim ficar mais fácil deter novas infestações. (FRONER; SOUZA, 2011). Em geral, o ataque biológico pode ocorrer através das seguintes formas:

Fungos e líquens: atacam quando a umidade e a temperatura são altas e a ventilação é baixa. Desenvolvendo-se não apenas sobre os suportes, mas em paredes, se alimentam de colas, amidos e demais materiais protéicos presentes em filmes. Podem causar danos em acervos através de ataques às cerâmicas, a objetos de madeira e, conseqüentemente, ao acervo.

Insetos: alimentam-se de madeira e derivados da celulose e onívoros que se alimentam de quase tudo, como: baratas, traças, piolhos etc. Estes gostam de ambientes quentes e escuros.

Animais maiores: como pombos, morcegos e ratos, liberam excrementos e podem atacar em diferentes lugares, além de viverem em ninhos.

De acordo com Cassares (2000), o uso de fungicidas não é recomendado, caso seja encontrada uma situação de infestação, o melhor a se fazer é chamar profissionais especializados em conservação de acervos.

Em se tratando de segurança em arquivos, os desastres são mais comuns de acontecer, ocasionados por incêndios ou inundações. Esses acidentes se derivam de problemas nas instalações elétricas e hidráulicas, originando assim infiltrações de água nas paredes, telhados, janelas e calhas. (CONARQ, 2000).

Geralmente, os problemas são ocasionados por falta de manutenção. No caso de incêndios, tanto o fogo quanto a água podem ocasionar perdas aos acervos. Desta forma, uma boa orientação começa na elaboração do projeto arquitetônico, deve-se evitar escadas ornamentais que com a ajuda das correntes de ar verticais se transformam em verdadeiras chaminés quando estiverem em chamas.

Projetos de ar-condicionados e elétricos devem ter dispositivos que inibam o fogo a outros andares do prédio, não devem existir tubulações de água ao percorrer pelo arquivo e depósito, paredes e pisos devem ter resistência mínima ao fogo de duas horas, todo o prédio deve contar com um sistema de detecção automática, ligado ao quadro de alarme, de acordo com os padrões vigentes, os extintores manuais, à base de água, CO₂ (dióxido de carbono) ou pó químico, devem ser distribuídos pelos depósitos de acordo com as normas vigentes.

Já a política de segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus, publicado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins em parceria com o museu Villa-Lobos (2006), orienta a elaboração de um cronograma de manutenção do prédio, visando também às condições climáticas da região para que assim possam ser evitados acidentes. É importante dar ciência às equipes de funcionários que trabalham neste local onde se localizam: os extintores de incêndio e hidrantes; o circuito das saídas de emergência e o circuito elétrico e hidráulico, outra dica é procurar providenciar para que, na medida do possível, as tubulações e cabos tenham cores

distintas, conforme especificações das normas brasileiras em vigor, e sendo dessa forma fácil a visualização.

Como todo patrimônio, os arquivos não estão livres de serem depredados por vândalos, para tanto é necessário recorrer a algumas medidas de segurança como: a iluminação adequada aos lugares tanto interno quanto externo, usar sistema de alarmes ou dispositivos durante 24 horas, restringir as áreas de visitação do público, fazer uso de circuito fechado de televisão, este também em caráter de 24 horas e utilizar grade nas janelas e portas. (CONARQ, 2000).

De acordo com a Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus, publicado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins em parceria com o museu Villa-Lobos (2006), é interessante estabelecer normas de investigação e apuração para os casos de roubo e vandalismo, além de proibir que pessoas da equipe permaneçam na instituição fora dos horários estabelecidos.

No caso de ocorrer algum prejuízo à instituição por motivos de sinistro, incêndio, acidente natural ou humano, orientar os funcionários para como se comportar em uma situação de extremo risco, recomenda-se a elaboração previamente de um plano de emergência, visando assim os riscos potenciais, observando as experiências passadas e as probabilidades futuras e, também, procurar revisar esta norma periodicamente para atualizações.

3 DESCORTINANDO O AMBIENTE DA PESQUISA: o arquivo da pró-reitoria administrativa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Antes de apresentar o Arquivo da Pró-reitoria administrativa, iremos fazer uma breve explanação sobre a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que se configura com uma instituição autárquica de regime especial de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com estrutura *multi campi*. Sua origem data do ano de 1934, quando foi criada a primeira Escola de nível Superior, sendo esta a Escola de Agronomia do Nordeste, na cidade de Areia. Já em 1947, surge a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras na Paraíba - FAFI e ao mesmo tempo a Faculdade de Ciências Econômicas, em João Pessoa.

Na década de 1950, na cidade de Campina Grande, é elaborado o projeto de construção da Escola Politécnica, nesse mesmo contexto se desenvolve a Escola de Engenharia, a

Faculdade de Direito da Paraíba e a Faculdade de Medicina, ambas criadas em 1951. Logo após em 1953, é criada a Faculdade de Enfermagem.

Em 02 de dezembro de 1955, através da Lei Estadual nº 1.366 é decretado à federalização da Universidade, porém, só apenas no dia 13 de dezembro de 1960, pela Lei nº 3.835, a Universidade passa então a ser denominada Universidade Federal da Paraíba.

As bases para a formação de Centros são de órgãos intermediários e as concentrações dos Departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais, este foi aprovado pelo Conselho Universitário através da Resolução nº 12/73, em consonância com os dispostos nos Decretos-Leis nº 53, de 18 de novembro de 1966, o Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

O Arquivo da Pró-reitoria administrativa iniciou suas atividades em 1965, segundo o regimento da Reitoria aprovado pela resolução nº 257/79, de 05 de setembro de 1979, e começou a funcionar inicialmente no prédio da Reitoria, no centro da cidade de João Pessoa - PB. Contudo, este Arquivo está subordinado ao Departamento de Administração - DA e acima deste encontra-se a Pró-reitoria de Administração - PRA.

Em 1979, a Reitoria e o Arquivo da Pró-reitoria Administrativa foram transferidos para o atual Campus I, onde até hoje se encontra, no térreo da Reitoria, próximo à saída de acesso à garagem, localizado ao lado da sala da Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo - CPPTA e ao lado do Arquivo da Divisão de Contabilidade. Sua área física mede 11m (onze metros) de largura por 09 (nove) de comprimento. E o seu horário de funcionamento são das 07h às 12h e das 13h às 22h Lembrando que os funcionários deste Arquivo trabalham em regime de seis horas corridas não fechando o setor para o almoço.

Dentre as funções do Arquivo da Pró-reitoria Administrativa estão à responsabilidade da guarda da documentação nas fases (intermediário e permanente) produzidos e recebidos pela Reitoria da UFPB, a orientação aos arquivos setoriais da Universidade, a prestação de serviços de atendimento aos demais usuários, oferecer visitas técnicas aos alunos e pesquisadores, orientar os estagiários, os alunos bolsistas e os alunos voluntários nas graduações de (Arquivologia, Biblioteconomia e História) e atualmente está dando suporte às aulas de práticas de laboratório I, II, III e IV do curso de Arquivologia. O Arquivo ainda sedia as reuniões da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD, além, sobretudo, de promover

palestras, encontros e seminários voltados para as Práticas Arquivísticas, ou seja, à aplicação da tabela de temporalidade de documentos das IFES, entre outras atividades.

O Arquivo da Pró-reitoria Administrativa possui um acervo que supera o número de mais de 2.000 caixas ordenadas e classificadas. Além de custodiar documentos recebidos e expedidos de várias tipologias entre elas: processos, relatórios de atividades, atas de reunião, livros de ponto, plantas, fotografias, negativos, boletins de serviço, correspondências (ofícios e memorandos) recebidas e expedidas assinados pelo reitor e chefe de gabinete, além de portarias, contratos, convênios, avisos de editais dentre outros. Sendo importante ressaltar que a maioria dessa documentação, são processos dentre os anos de 1960 - 2002. O documento mais antigo desse Arquivo data de 1950. Destacamos ainda, a implantação da tabela de temporalidade de documentos elaborada em 2001, pelo COSUMI e pelo Arquivo Nacional/CONARQ. Porém, atualmente, se utiliza como instrumento de classificação a tabela das Instituições de ensino superior – IFES.

Desde a sua implantação, o Arquivo Geral foi dirigido por Lenira Maia 1966, Nésia Linhares Pordeus 1967, Maria da Paz Valentim da Silva 1977, Hildete Macêdo de Brito 1982, Vilma de Lourdes Batista de Lima 1990 a 2010 e, atualmente por Rosa Zuleide Lima de Brito desde 2011.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

A presente pesquisa se constitui como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória visa proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema em estudo. “Este empenho tem como objetivo tornar um problema complexo mais explícito ou ao mesmo construir hipóteses mais adequadas”. (VIEIRA, 2002, p. 65).

De acordo com Marconi e Lakatos (1991, p. 87), a pesquisa exploratória “é a formulação de questões ou de um problema e pode ser utilizada uma variedade de procedimentos para a coleta de dados, como por exemplo: a entrevista que é, geralmente, a mais empregada, em um número pequeno de entrevistados.”.

Quanto à pesquisa descritiva, Richardson (1999, p. 71) aponta que esta “visa investigar e a descobrir as características de um fenômeno como tal. São considerados como objeto de estudo uma situação específica, um grupo ou indivíduo.”.

Quanto à abordagem, utilizamos o método qualitativo, que de acordo com Bogdan e Bikle (1994), procura eleger as áreas de consenso (positivos ou negativos) nos padrões de respostas. Atua de forma subjetiva, possuindo enfoque interpretativo de caráter descritivo e estes não podem ser mensuráveis.

A abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis, porém, essas informações podem ser analisadas exaustivamente. Esta abordagem trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. (MINAYO; SANCHES, 1993).

Os sujeitos participantes da pesquisa foram os 3 (três) profissionais do Arquivo da UFPB, representados como P1, P2 e P3, o que corresponde a profissional 1 e assim, consecutivamente. A escolha pelos profissionais se deu pelo fato de estes terem melhor conhecimento sobre as atividades desenvolvidas no arquivo e, também, por compreenderem o que pode promover a segurança da informação ali contida.

O instrumento para a coleta dos dados foi à entrevista estruturada que segundo Haguette (1997, p. 86), “é um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Esta escolha de método de coleta de dados se deu pelo fato de esta, ser a que mais se aproxima da técnica ideal para a coleta de dados, por trabalharmos com um número pequeno de entrevistados.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Constatou-se que todos os três profissionais são membros da CPAD e aplicam a tabela de temporalidade das IFES na documentação da Pró-Reitoria de Administração - PRA, além de prestarem atendimento aos usuários, supervisionam as atividades dos estagiários e orientam os

alunos da disciplina de laboratórios de práticas integradas: II, III e IV do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba.

Com relação ao que cada entrevistado entende por segurança da informação no que diz respeito à questão do meio ambiente no arquivo, os três funcionários possuem a noção dos atributos que norteiam os controles ambientais de uma unidade de informação: o arquivo e citaram os seguintes itens a serem priorizados: o controle da temperatura e da umidade relativa do ar, a higienização da sala para evitar o aparecimento de insetos, o acondicionamento adequada do acervo documental e a questão da iluminação que é imprópria para o local.

Perguntamos aos entrevistados se eles tinham conhecimento sobre as recomendações estabelecidas pelo CONARQ sobre segurança da informação em arquivos, e entendemos que sim. Os profissionais têm perspectivas futuras de que estas recomendações do CONARQ, para melhorias da estrutura do arquivo, serão alcançadas com o projeto de construção do Arquivo Central. Para tanto, o Arquivo da Pró-reitoria Administrativa funciona na medida do possível buscando fazer uso das recomendações estabelecidas pelo CONARQ na realização das suas atividades. Entre as medidas adotadas pelo Arquivo da Pró-reitoria Administrativa podemos citar: uso de cliques de plástico, espaço separado para guarda do acervo a ser higienizado, uso de equipamento de proteção individual – EPI e a utilização de ar-condicionados para climatização do ambiente. Porém, não existe controle da umidade relativa do ar (UR), os três ar-condicionados, são desligados no final do expediente todos os dias e finais de semana, não existe desumidificadores de ar, nem exaustores neste arquivo e termômetro para controle da temperatura. O acondicionamento dos documentos em suporte de papel é feito em folha de papel contínuo e organizado cronologicamente em caixas-arquivo de papelão, já as fotografias e os negativos são guardadas em caixas confeccionadas de papelão e separadas por ordem cronológica de reitores da Universidade.

Em relação aos fatores considerados determinantes para o desenvolvimento do processo de segurança da informação no arquivo, os entrevistados apontam que os fatores considerados primordiais para o desempenho da segurança da informação em arquivos são a questão do repasse dos recursos financeiros para melhorias do Arquivo, o monitoramento e a segurança patrimonial do prédio, em especial, a do setor. De fato, a questão financeira conta muito para melhorias em condições adequadas para realização das atividades laborais. Os materiais

apropriados para trabalhar em arquivo são onerosos e até alguns só são encontrados em outras cidades como: Recife, São Paulo, Rio de Janeiro. Isto requer mais investimentos para este setor, visando sua melhoria.

Sobre as barreiras existentes no Arquivo, são visíveis as adversidades/barreiras do setor em que os profissionais se deparam e tentam trabalhar, isso influencia na motivação dos servidores da instituição para trabalhar nesse setor, porém isso tem de certa forma amenizado com o passar do tempo, o quadro funcional ainda é pouco para o setor, falta espaço para acomodar equipamentos e realizar tarefas como a higienização mecânica que deveria ser feita em uma sala reservada, o Arquivo não possui um reconhecimento perante os outros setores, mesmo porque isso também é uma constante entre os outros arquivos da instituição, os profissionais procuram manter-se atualizados, participando de treinamentos e cursos, por seu próprio investimento pessoal, buscando realizar suas tarefas de forma eficaz.

Quanto ao procedimento de desinfestação ou dedetização, que de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 67), “É o Processo de destruição ou a inibição das atividades dos insetos.” Procuramos saber se existe no setor do Arquivo alguma periodicidade ou cronograma de desinfestação neste ambiente. E se acaso eles lembram quando foi que ocorreu a última.

Destacamos, portanto, que os entrevistados que trabalham no arquivo citado, não têm clareza em informar qual a data certa em que ocorreu a última desinfestação e alegam não ter um cronograma de periodicidade no setor para a realização deste procedimento. Para tanto esta é uma atividade realizada de forma esporádica.

Sobre a Norma Reguladora - NR 23, que determina a proteção contra incêndios. Vejamos o inciso IV - que dispõe sobre a proteção contra incêndio, em geral, e as medidas preventivas adequadas. Todos os locais de trabalho deverão possuir:

[...] A proteção contra incêndio; saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio; equipamentos suficiente para combater o fogo em seu início; pessoas adestradas no uso correto desses equipamentos. [...]

Quando perguntados, se o Arquivo possui extintores? E se os funcionários teriam participado de algum tipo de treinamento para saber como utilizá-lo? Observamos que é

comum encontrar nas instituições a informação de que as pessoas não sabem utilizar o equipamento de prevenção contra incêndios. Todavia, o Corpo de Bombeiros disponibiliza a todos que necessitam uma palestra com oficina prática para fazer uso deste equipamento, porém é necessário procurar entrar em contato e agendar previamente.

Embasado nos procedimento para assegurar uma segurança da informação voltada para o meio ambiente, nos direcionamos para o setor do Arquivo e perguntamos quais as propostas de recomendações que os participantes da pesquisa sugeririam para melhoria deste Arquivo?

“A revisão das instalações elétricas, principalmente, não passar fios de rede elétrica exposta na sala do acervo, fazer uma cantina para os funcionários lancharem fora das dependências do Arquivo, viabilizar uma saída de emergência para o Arquivo, promover algum funcionário da limpeza que é terceirizado para ficar responsável pela limpeza do setor, E procurar pensar em implantar um plano de emergência.”

“O uso de vigilância patrimonial monitorada, desligar todos os equipamentos elétricos do setor, fazer rotineiramente a higienização da sala por parte da empresa responsável pela limpeza da instituição. Acredita-se que a nova sede do setor de Arquivo que era Geral e agora passará a ser Central foi construído dentro das normas de recomendações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.”

“Nenhuma recomendação para este arquivo, na atual conjuntura que ele se encontra, apenas vislumbra a transferência deste setor para a nova sede no Arquivo Central onde este, encontra-se dentro das recomendações estabelecidas pelo CONARQ.”

Observei que os três funcionários estão com boas expectativas sobre esse novo setor: o Arquivo Central, o qual está sendo construído dentro dos padrões de construção para arquivos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embasados pelas informações obtidas na pesquisa, a qual contou com a colaboração dos profissionais do Arquivo Geral da Pró-Reitoria Administrativa, da Universidade Federal da Paraíba e tivemos por objetivo analisar a importância da segurança da informação no neste

Arquivo, propomos as seguintes recomendações para melhorias no arquivo com relação à segurança da informação:

- Elaborar um calendário para higienização de toda documentação e ao mesmo tempo incluir nesse calendário a desinfestação ou dedetização para controle das térmitas no Arquivo;

- Trocar todas as caixas de papelão por caixas-arquivo de polietileno, pois as mesmas de papelão encontram-se em processo de desgaste natural: deterioração decorrido pela ação do tempo e as caixa-arquivo de polietileno são as mais usadas em acondicionamentos de documentos em arquivo, tendo em vista os parâmetros de controle para caixas box destinadas a arquivo, organizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo e o Arquivo Nacional em 2013;

- A construção de uma sala para higienização mecânica separada;
- Colocar as caixas que vão ser tratadas (higienizadas) no depósito ou em espaço/sala apropriada;

- Revisar a validade dos extintores;
- Utilizar Exaustor na sala do acervo para o controle da umidade;
- Rever a iluminação adequada no arquivo (aumentar o número de lâmpadas fluorescente fazendo uso de filtro nas mesmas);

- Voltar a utilizar na página da UFPB o link de divulgação do Arquivo da Pró-reitoria administrativa;

- Aumentar o número de funcionários para trabalhar no setor;
- Providenciar uma saída de emergência;
- Elaborar um plano de emergência.

Assim, podemos dizer que a contribuição dos entrevistados foi de grande importância para nossa pesquisa, pois nos permitiu propor sugestões para que o Arquivo Geral da Pró-Reitoria Administrativa, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, ao que concerne à segurança da informação, viabilizando assim aos profissionais desse setor uma postura de arquivo referencial em comparação aos demais arquivos perante aos nossos gestores.

Portanto, através das observações e sugestões para que os serviços do arquivo sejam melhorados, fica a critério dos envolvidos na construção destas melhorias, analisá-las e implementá-las no que for possível. A pesquisa mostra que existem desafios a serem enfrentados e que a questão da segurança da informação é um assunto importante, pois faz parte das recomendações existentes para a conservação de documentos em arquivos, no entanto, é um assunto pouco divulgado e com uma literatura incipiente. Portanto, nossa pesquisa não resulta em um trabalho final, mas aborda e apresenta considerações sobre a questão da segurança da informação em acervos arquivísticos, e assim, servirá como fonte para outras pesquisas futuras.

7 REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: Tratado documental 2. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf>. Acesso em: 28 maio 2013.

COSTA, Marilene Fragas. **Noções básicas de conservação preventiva de documento**. Fiocruz, set. 2003.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. Disponível em: <<http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/recomenda.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2013.

FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. **Controle de pragas**. CICRAD, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS; MUSEU VILLA-LOBOS. **Política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

MINAYO, M. C. de Sanches. O quantitativo qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239 – 262 1993.

NORMA REGULAMENTADORA (NR 23). **Proteção contra incêndios**. Dispõe sobre as regras complementares de segurança e saúde no trabalho previstas no Art. 200 da CLT.

OGDEN, Shereilyn. **Meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba. v. 5 n.1, p. 61-70, jan./abr. 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Disponível em:< <http://www.ufpb.br/>>
Acesso em: 23 de set.2013.

O ARQUIVISTA NAS INSTITUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL: da formação profissional às demandas do mundo do trabalho

Serenna Tharyne Alves de Souza¹

RESUMO

Compreende as convergências e divergências entre as competências e habilidades requeridas ao arquivista referente ao trabalho e a disponibilização de conhecimentos arquivísticos pela Universidade de Brasília, em obras específicas da área que compõem o acervo da Biblioteca Central dessa Universidade. A partir do mapeamento dos editais dos concursos públicos, de 2007 a 2011, para provimento de cargos de arquivistas no Poder Executivo Federal, e das referidas obras, concluímos que as demandas do mundo do trabalho requerem dos profissionais uma atuação em atividades variadas e que a universidade, por sua vez, proporciona aos seus graduandos o embasamento teórico para que essas demandas sejam supridas.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivista. Formação profissional.

THE ARCHIVIST TO FEDERAL EXECUTIVE BRANCH INSTITUTIONS: vocational training to the demands os the world of work

ABSTRACT

Understand the similarities and differences between the competencies and skills required for the archivist by the labor and the availability of archival knowledge, from the University of Brasilia, in particular works of the area, that constitute the collection of the Central Library of this university. Starting with the mapping of the public notices of selective exams from 2007 to 2011 that aimed to fill archivists positions in the Federal Executive Branch, and said works, we conclude that the demands of the labor of these professionals require a performance in varied activities, and the university, in turn, seems to offer its graduate students, in general, the theoretical basis that meet these demands.

Keywords: Archive science. Archivist. Professional Formation.

¹ Graduanda em Arquivologia – UnB - serennatharyne@gmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O curso de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB) vem formando, por mais de duas décadas, arquivistas no centro-oeste. Alguns estudos contribuíram para a compreensão das relações entre a formação do arquivista e as demandas do mundo do trabalho. Costa (2008) analisou 49 editais de concursos públicos, de 2003 a 2006, para o provimento de cargos de arquivistas na Administração Pública Federal e Distrital, em Brasília. Os resultados da sua pesquisa indicaram que, no mundo do trabalho, eram demandadas, a esse profissional, atividades (operacionais e gerenciais), habilidades e conhecimentos que ultrapassavam a sua formação.

Semelhantemente, Oliveira (2010) estudou a relação entre a formação acadêmica do arquivista e as exigências do mundo do trabalho, analisando os mesmos documentos do estudo anterior. A pesquisa apontou a necessidade de remodelação da formação oferecida ao arquivista, diante das exigências profissionais e sociais.

Souza (2011), por sua vez, investigou a atuação desse profissional no âmbito da sua formação, das associações profissionais e do mundo do trabalho. Seu estudo analisou as funções desempenhadas pelo arquivista e as mudanças do seu *status* e da sua imagem ao longo do tempo. A pesquisa corroborou as indicações dos estudos anteriores, quanto às necessidades de reforma e atualização dos currículos acadêmicos, diante dos desafios profissionais. Segundo a autora, “A ausência de estudos sobre o mercado laboral contribui para que a universidade desconheça onde atuam os graduados” (SOUZA, 2011, p. 228).

Diante:

- do importante papel da UnB, enquanto única instituição formadora de arquivistas na região centro-oeste;
- da aparente incompatibilidade entre o que é requerido a esses profissionais, pelo mundo do trabalho, e o que é oferecido para os graduandos do Curso de Arquivologia, constatada por Costa (2008);

- e da necessidade de reformulação curricular, averiguada por Oliveira (2010) e Souza (2011), este estudo buscou analisar, num projeto de iniciação científica, as convergências e divergências entre as competências, as habilidades e os conhecimentos requeridos ao arquivista e o papel da universidade, como instituição que, em tese, deve proporcionar, aos graduandos, os subsídios necessários às demandas do mundo do trabalho.

2 METODOLOGIA

O projeto de iniciação científica consistiu numa pesquisa qualitativa e descritiva e se desenvolveu por meio da análise:

a) dos editais dos concursos públicos dos órgãos do Poder Executivo Federal, realizados entre os anos de 2007 e 2011, para o provimento dos cargos de arquivista (e suas variações terminológicas, conforme os editais);

b) e das obras voltadas para a Arquivologia e os arquivos, em língua portuguesa, pertencentes ao acervo da Biblioteca Central (BCE) da UnB.

Mais especificamente, a pesquisa desdobrou-se em cinco etapas:

- mapeamento dos editais dos concursos, a partir de consultas a duas páginas da internet voltadas para concursos públicos - PCI Concursos² e Questões de Concursos³ - bem como dos sites eletrônicos dos próprios órgãos e de correspondências enviadas às bancas responsáveis pela realização desses concursos. Nesta etapa, foram identificados 32 editais: 19 de universidades, seis de agências, seis de ministérios e um do Ministério Público da União (MPU);
- análise das competências e habilidades, levantadas nesses editais, conforme a Lei 6.546, de 04 de julho 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnicos de arquivo;

² Informações disponíveis em: <<http://www.pciconcursos.com.br/formacao>>. Acesso em: 26 out. 2012.

³ Informações disponíveis em: <<http://www.questoesdeconcursos.com.br/concursos>>. Acesso em: 26 out. 2012.

- identificação dos conteúdos arquivísticos específicos, demandados ao arquivista, a partir dos editais mapeados, por meio da convergência desses conteúdos em ilhas de conteúdo que os distinguíssem, de acordo com a perspectiva da Arquivística Integrada, proposta pelos canadenses (ROUSSEAU; COUTURE, 1998), e com as definições do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DICIONÁRIO BRASILEIRO..., 2005);
- leitura das 35 obras arquivísticas da BCE⁴ (23 nacionais, três escritas em português de Portugal e nove traduções de obras estrangeiras para o português), mapeadas por meio das palavras *Arquivologia*, *arquivo*, *arquivista* e *arquivística*, buscando identificar os conteúdos delimitados nas ilhas de conteúdo, definidas na etapa anterior;
- e elaboração do relatório final da pesquisa, a partir da análise dos resultados obtidos.

É importante ressaltar, ainda, que a delimitação das ilhas de conteúdo foi feita considerando três perspectivas:

1) se o autor da obra analisada aprofundava o conteúdo arquivístico: nesse caso, consideramos a obra em que o autor, ainda que de forma ampla, discorria sobre o conteúdo em si, detalhando-o;

2) se o autor da obra analisada mencionava o conteúdo arquivístico: nesse caso, consideramos a obra em que o autor tangenciava algum conteúdo arquivístico para explicar outro, consideramos que a obra somente mencionava o primeiro conteúdo;

3) se o autor da obra analisada mencionava o conteúdo arquivístico: nesse caso, consideramos uma única obra, o livro de Couture, Martineau e Ducharme (1999), que demandou uma terceira marcação diante do conteúdo trabalhado na obra, que não fazia referência aos conteúdos em si, mas a estudos sobre os temas

⁴De acordo com os termos pesquisados, foram encontradas, ao todo, 62 obras. Entretanto, o quantitativo diminuiu para 35, devido aos seguintes fatores: não foram consideradas obras voltadas para estudos específicos como, por exemplo, arquivos médicos; algumas obras estavam disponíveis no catálogo *on-line* da BCE, porém, não foram encontradas no acervo; e, por último, não foram consideradas obras cujo idioma não fosse o português.

arquivísticos. Sendo assim, os temas tratados nesse livro foram marcados com a palavra “relaciona”, uma vez quereferenciavam pesquisas na área.

A explicitação dessas três perspectivas forneceu um grau de confiabilidade maior sobre o nível de informação do conteúdo encontrado e, por isso, as mesmas foram utilizadas na análise das obras arquivísticas.

3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES REQUERIDAS PARA OS CARGOS DE ARQUIVISTAS

A Lei 6.546/1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e técnicos de arquivo, Brasil (1978), serviu-nos de referência para analisar as competências e as habilidades específicas requeridas, ao arquivista, pelos concursos públicos do Poder Executivo Federal, conforme Tabela n. 1:

Tabela 1: Competências e habilidades requeridas para os cargos de arquivistas por órgãos do Poder Executivo Federal

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS ARQUIVISTAS	AGÊNCIAS	MINISTÉRIOS	MPU	UNIVERSIDADES	TOTAL
Planejamento, organização e direção de serviços de arquivo	75	24	6	290	398
Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo	0	9	6	52	77
Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias	0	11	0	0	11
Planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos	0	2	0	50	52
Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos	0	10	0	0	10
Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos	0	8	1	12	21
Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos	0	11	0	12	23
Orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação	0	8	0	3	12
Promoção de medidas necessárias à	0	4	0	78	82

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DOS ARQUIVISTAS	AGÊNCIAS	MINISTÉRIOS	MPU	UNIVERSIDADES	TOTAL
conservação de documentos					
Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos	20	9	4	45	78
Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa	20	7	0	63	90
Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes	0	6	0	0	6
Outros ⁵	0	1	4	0	5

Fonte: elaboração própria, com base nos editais dos concursos para o provimento de cargos de arquivista no Poder Executivo Federal (2007-2011).

A partir desta tabela, é importante destacar que: alguns órgãos utilizam a própria Lei nº 6.546/1978 como base (ou de forma literal) para o apontamento das habilidades e competências requeridas ao profissional. Esse fato pode ser visualizado tanto pelo modo estrutural, adotado nos editais, quanto pelo próprio texto, sendo o caso da maioria dos concursos públicos para agências e universidades.

Pode-se inferir da tabulação que, analisando o Poder Executivo amplamente, sem se ater a cada órgão, as atividades de planejamento, organização e direção de serviços de arquivo são as que mais se destacaram(46%), seguidas por aquelas de assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa(10%),e promoção de medidas necessárias à conservação de documentos(9%).

Essas atividades têm papel essencial para a atuação do arquivista, porque apontam três frentes importantes para os arquivos: a sua organização, a relação com a pesquisa e a necessidade de se conservar os documentos. A organização dos arquivos e os seus desdobramentos, bem como as atividades de conservação de documentos, são competências e habilidades já esperadas dos profissionais de arquivo. As atividades relacionadas à pesquisa, por sua vez, nos remete à configuração científica e técnico-administrativa dos arquivos e da Arquivologia.

⁵Contempla competências e habilidades que não foram previstas na Lei 6.546/1978, de forma explícita, mas que apareciam como competências e habilidades requeridas nos editais, sendo elas: “executar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade”(habilidade demandada nos editais dos ministérios e do MPU) e “executar outras atividades de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional”(habilidade demandada nos editais do MPU).

Verifica-se, então, uma nova dimensão para o trabalho do arquivista, o qual estava acostumado a atividades basicamente técnicas e passa a atuar na elaboração de estudos específicos da área, trazendo à tona o trabalho intelectual de suas atividades.

Dentre as atividades menos citadas estavam: as competências e habilidades gerais requeridas pelos editais alocadas no campo "outros" (0,6%); o desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes (0,7%); e o planejamento, a organização e a direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos (1%).

É relevante explicar que as competências e habilidades contempladas no campo "outros" não puderam ser inicialmente assimiladas, por terem sido apresentadas numa abordagem ampla. Desse modo, elas não são claras ao requerer, do arquivista, trabalhos previstos para cenários futuros da organização, ainda que fossem atividades semelhantes às temáticas requeridas explicitamente.

Os estudos sobre documentos culturalmente importantes também não foram contemplados de forma significativa. Isso pode ser explicado pela prioridade administrativa que geralmente é dada aos arquivos, por meio da sua necessária gestão diante dos desafios de recuperação da informação.

Quanto à microfilmagem de documentos, talvez pelo surgimento de novas tecnologias e, por sua vez, de novas funcionalidades, esses trabalhos passaram a ser competências e habilidades menos requeridas pelas instituições. Por outro lado, eles podem estar ligados às competências e habilidades requisitadas quanto à automação, recorrente nos editais analisados.

Além das habilidades e competências, identificamos nos editais dos concursos, variações de denominações quanto aos cargos a serem ocupados pelos arquivistas, ou seja, não necessariamente o profissional com nível superior em Arquivologia é chamado de "arquivista" nos órgãos do Poder Executivo Federal, com exceção das universidades. O quadro a seguir elucida as denominações dos cargos, conforme os tipos de órgãos do Executivo Federal:

Quadro 1: Variações de denominação dos cargos de arquivistas do Poder Executivo Federal

AGÊNCIAS	MINISTÉRIOS	MPU	UNIVERSIDADES
Oficial técnico de inteligência	Técnico de nível superior	Analista de Arquivologia /perito	Arquivista
Analista administrativo	Arquivista	-	-

Fonte: elaboração própria, com base nos editais dos concursos para o provimento de cargos de arquivista no Poder Executivo Federal (2007-2011).

4 CONHECIMENTOS DEMANDADOS E DISPONIBILIZADOS AO ARQUIVISTA

Foram analisados, ao todo, 32 editais de concursos públicos, realizados entre 2007 e 2011. Os anos que concentraram concursos foram 2008 e 2010 e os órgãos que tiveram mais concursos foram as universidades (conforme tabela 2). Isso pode ser decorrente do fato das universidades abrigarem cursos superiores de Arquivologia e neles reconhecerem contribuições relevantes para o desenvolvimento de suas atividades, quanto à gestão da informação e preservação da sua memória institucional.

Tabela 2: Concursos públicos para arquivistas, por ano e tipo de órgãos

ANO	QUANTIDADE DE CONCURSOS ANALISADOS				TOTAL
	UNIVERSIDADES	AGÊNCIAS	MINISTÉRIOS	MPU	
2007	0	1	1	0	2
2008	7	3	3	0	13
2009	6	0	0	0	6
2010	5	2	2	1	10
2011	1	0	0	0	1
TOTAL	19	6	6	1	32

Fonte: elaboração própria, com base nos editais dos concursos para o provimento de cargos de arquivista no Poder Executivo Federal (2007-2011).

A maioria das obras analisadas, mais especificamente 18 obras, foi considerada de cunho operacional, uma vez que os autores apresentavam, basicamente, métodos de ordenação e arquivamento; materiais para

utilização em arquivos; mobiliários especiais para arquivos; técnicas de conservação, preservação e restauração de documentos. Como a abordagem dessas obras foi predominantemente técnica, os seus conteúdos tendem à desatualização, diante dos novos conhecimentos produzidos a respeito.

Por outro lado, outras obras lidas (11) carregavam o cunho científico, apresentando-se sob um viés predominantemente teórico e crítico, evidenciado, por exemplo, na proposta da Arquivística Integrada, dos canadenses Rousseau e Couture (1998).

Identificamos seis obras que contemplavam as duas perspectivas, sendo simultaneamente técnicas e científicas: Castilho (1991); Silva (1999); Couture, Martineau e Ducharme (1999); Santos (2002); Rondinelli (2007) e Bellotto (2008a).

Do total dos livros analisados, 23 eram de autoria nacional, nove eram traduções de obras estrangeiras para o português (do Brasil) e três estavam em português de Portugal. Entre os autores brasileiros, podemos citar Bellotto (2008a; 2008b), Paes (2004), Fonseca (2005) e Esposel (1994).

Quanto às traduções, foram analisadas as obras de Schellenberg (1974) e de Rousseau e Couture (1998), consideradas relevantes para a formação da Arquivologia como disciplina científica (MARQUES, 2011). Nessa perspectiva, também destacamos a obra de Silva (2002), a qual estuda detalhadamente a trajetória arquivística no âmbito da Ciência da Informação.

A partir da análise dos editais dos concursos públicos e das obras arquivísticas, podemos visualizar as convergências e divergências entre os conhecimentos demandados (pelas universidades, pelas agências, pelos ministérios e pelo MPU, conforme as seções 4.1 a 4.4), e disponibilizados ao arquivista, via universidade.

4.1 Demandas das universidades

Os conteúdos analisados nas obras arquivísticas, a partir das ilhas de conteúdo definidas conforme os editais dos concursos das universidades, tiveram algumas

variações em relação às agências, aos ministérios e ao MPU, devido ao fato de serem mais detalhados e específicos. Os campos "Profissional de arquivo" e "Estudos de usuário", por exemplo, somente apareceram no caso das universidades. Outra peculiaridade, aqui observada, relacionou-se com o tema "Diplomática e tipologia documental", apresentado conjuntamente em razão de os editais não os dissociarem, ao contrário dos outros órgãos.

Numa perspectiva geral, observamos que a maioria dos conteúdos demandada nos editais dos concursos para arquivistas das universidades não foi encontrada nas obras arquivísticas analisadas: a soma dos conteúdos mencionados e aprofundados nas obras (conteúdos voltados para avaliação; diplomática; fundamentos arquivísticos; gestão de documentos; natureza, espécie, gênero e suporte; preservação, conservação e restauração; e profissional de arquivo) não chega à quantidade daqueles não encontrados. Dentre as obras que contemplavam os conteúdos demandados nos editais, a maioria dos autores aprofundava as temáticas arquivísticas, ou seja, encontramos obras especializadas em alguns temas.

Tabela 3: Ilhas de conteúdo das universidades

ILHAS DE CONTEÚDO	ANÁLISE DAS OBRAS ARQUIVÍSTICAS		
	APROFUNDA	MENCIONA	NÃO APRESENTA
Acesso	9	7	18
Arquivos e memória	5	2	27
Arquivos e patrimônio cultural	1	1	32
Arquivos e sociedade	0	1	33
Arranjo	10	1	23
Automação e tecnologias aplicadas aos arquivos	10	2	22
Avaliação	12	5	17
Classificação	12	3	19
Descrição	12	1	21
Diagnóstico	3	1	30
Difusão	3	2	29
Digitalização	3	0	31
Diplomática e tipologia documental	8	2	24
Estudos de usuários	4	2	28
Fundamentos arquivísticos	29	1	4
Gerenciamento Eletrônico de Documentos	1	0	33
Gestão administrativa	5	2	27
Gestão da informação	8	2	24
Gestão de documentos	16	1	17
Gestão de documentos eletrônicos	3	0	31
Instrumentos de gestão	3	0	31
Instrumentos de pesquisa	11	3	20

ILHAS DE CONTEÚDO	ANÁLISE DAS OBRAS ARQUIVÍSTICAS		
	APROFUNDA	MENCIONA	NÃO APRESENTA
Legislação arquivística	8	7	19
Microfilmagem	15	1	17
Natureza, gênero, espécie e suporte documental	11	9	14
Paleografia	0	1	33
Plano de classificação de documentos	5	4	25
Políticas arquivísticas	3	0	31
Políticas públicas arquivísticas	2	0	32
Preservação, conservação e restauração	15	4	15
Produção	3	5	26
Profissional de arquivo	17	5	12
Protocolo	8	1	25
Segurança da informação	2	0	32
Tabela de temporalidade de documentos	8	2	24
Terminologia arquivística	8	2	24
TOTAL	273	80	846

Fonte: elaboração própria, com base nos editais dos concursos para o provimento de cargos de arquivista nas universidades federais (2007-2011) e nas obras arquivísticas, em português, disponíveis na BCE/UnB.

Sob a perspectiva das macro categorias, as questões teórico-conceituais ou seja, as abordagens sobre os fundamentos arquivísticos, bem como sobre a natureza, o gênero, a espécie e os suportes documentais, são abordadas pelos autores, de forma majoritária. Os princípios da Arquivologia, a evolução arquivística e a Teoria das Três Idades são os principais assuntos abordados. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de esses conteúdos basearem os estudos sobre a Arquivologia e os arquivos.

As funções/atividades arquivísticas (arranjo; avaliação; classificação; descrição; diagnóstico; difusão; preservação, conservação e restauração; produção e protocolo) foram encontradas nas obras cujo escopo é operacional e foram aprofundadas nessas obras porque, em sua maioria, são atividades inerentes aos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais da área. Afinal, é por meio delas que se garante o tratamento dos documentos, desde a sua identificação até a sua restauração. A difusão, o diagnóstico e a produção de documentos, por sua vez, foram conteúdos pouco encontrados nas obras, talvez por serem temas relativamente contemporâneos.

Já os instrumentos de gestão e de pesquisa foram aprofundados pela maior parte dos autores que os contemplavam. Em relação a ambos os instrumentos,

quando os autores os apresentavam, o faziam por meio de textos analíticos que explicavam cada instrumento, de forma a traçar sua estrutura, importância e funcionalidade. Nos casos em que foram apenas mencionados, esses instrumentos foram apresentados no âmbito da avaliação e classificação.

As disciplinas auxiliares da Arquivologia, Diplomática e Paleografia, foram pouco abordadas nos livros analisados. As obras que melhor contemplavam a Diplomática foram: Bellotto (2008b) e Rondinelli (2008), sendo a última voltada para documentos eletrônicos.

Os processos tecnológicos foram aprofundados quanto à automação, às tecnologias aplicadas aos arquivos e à microfilmagem. Desde as obras mais antigas até as mais contemporâneas, observamos que a microfilmagem foi apresentada pelos autores. Observamos que a grande maioria das obras tratava o tema automação como um alerta quanto ao seu uso indiscriminado e quanto aos impactos decorrentes da sua utilização.

Por outro lado, as questões tradicionais dos arquivos, como memória e patrimônio cultural, foram pouco analisadas, principalmente no que diz respeito à memória, aprofundada somente por Richter, Garcia e Penna (1997) e mencionada por Castilho (1991).

As questões contemporâneas relacionadas ao acesso (arquivos e sociedade, estudos de usuários, gestão administrativa, gestão da informação, políticas arquivísticas, segurança da informação) ainda que não constassem na maioria das obras, foram especialmente abordadas, de forma aprofundada, com exceção de arquivos e sociedade, tema pouco trabalhado, sendo somente mencionado por Gomes e Helluy (1996).

A Legislação arquivística foi trabalhada, entre menções e aprofundamentos, de semelhante. As menções, geralmente, eram feitas para embasar juridicamente os temas abordados.

A temática profissional de arquivo foi trabalhada pelos autores de forma considerável, quantitativa e qualitativamente, abrangendo discussões sobre a

importância do profissional, a evolução da profissão e o seu papel diante da sociedade.

A terminologia arquivística foi pouco trabalhada nas obras. Entretanto, aqueles que a apresentavam, o faziam profundamente.

4.2 Demandas das agências

A análise dos editais das agências, assim como das universidades, demonstrou a sobreposição dos conteúdos não encontrados nas obras arquivísticas em relação à soma daqueles encontrados, mencionados e aprofundados, com exceção das ilhas de avaliação (mesma quantidade de obras que contemplavam e que não contemplavam o assunto); e das ilhas de fundamentos arquivísticos; natureza, gênero, espécie e suporte documental; preservação, conservação e restauração, que apareceram frequentemente nas obras. Nesses casos, muitos dos livros aprofundavam os conteúdos requisitados nos editais, sendo que o grau de menção que se sobrepõe ao grau de aprofundamento somente ocorre em conteúdos pouco abordados, como "arquivos e patrimônio cultural"; "arquivos e sociedade" e "Paleografia". Nesse sentido, entende-se que, apesar de a maioria dos conteúdos ter sido menos abordada, aqueles que o foram satisfazem às demandas de especialização do conhecimento disponibilizado nas obras.

Tabela 4: Ilhas de conteúdo das agências

ILHAS DE CONTEÚDO	ANÁLISE DAS OBRAS ARQUIVÍSTICAS		
	APROFUNDA	MENCIONA	NÃO APRESENTA
Acesso	9	6	19
Arquivos e memória	5	2	27
Arquivos e patrimônio cultural	0	2	32
Arquivos e sociedade	0	1	33
Arranjo	11	1	22
Automação aplicada aos arquivos	10	2	22
Avaliação	11	6	17
Classificação	14	3	17
Descrição	12	1	21
Diagnóstico	3	2	29
Difusão	3	2	29
Digitalização	3	0	31

ILHAS DE CONTEÚDO	ANÁLISE DAS OBRAS ARQUIVÍSTICAS		
	APROFUNDA	MENCIONA	NÃO APRESENTA
Diplomática	5	3	26
Fundamentos arquivísticos	30	1	3
Gestão de documentos eletrônicos/digitais	2	0	32
Gerenciamento Eletrônico de Documentos	2	0	32
Gestão da informação	8	2	24
Gestão de documentos	15	1	18
Instrumentos de pesquisa	11	3	20
Legislação arquivística	8	6	20
Microfilmagem	13	2	19
Natureza, gênero, espécie e suporte documental	10	8	15
Paleografia	0	1	33
Plano de classificação de documentos	6	3	25
Políticas públicas arquivísticas	3	0	31
Preservação, conservação e restauração	15	4	15
Produção	3	4	27
Protocolo	8	1	25
Tabela de temporalidade e destinação de documentos	7	3	24
Terminologia arquivística	9	1	24
Tipologia documental	5	1	28
TOTAL	242	72	740

Fonte: elaboração própria, com base nos editais dos concursos para o provimento de cargos de arquivista nas agências federais (2007-2011) e nas obras arquivísticas, em português, disponíveis na BCE/UnB.

Os resultados da nossa análise quanto às questões teórico-conceituais apresentadas nas obras e conforme as demandas dos editais das agências aproximaram-se daqueles das universidades. Porém, a tipologia documental, aqui abordada separadamente da Diplomática, foi trabalhada de forma aprofundada por cinco obras: Castro (1985); Rousseau e Couture (1998); Bellotto (2008a; 2008b); Bartalo e Moreno (2008) e mencionada somente em uma: Richter, Garcia e Penna (1997).

As funções/atividades arquivísticas também seguiram o padrão das universidades, sendo o diagnóstico, a difusão, a produção e o protocolo pouco e o arranjo, a avaliação e a descrição, apresentados de forma mais aprofundada.

Os instrumentos de gestão e de pesquisa, assim como nas universidades, não foram contemplados por muitos autores, mas, aqueles que os apresentavam, os aprofundavam mais do que somente mencionavam.

No âmbito das agências, havia somente uma disciplina auxiliar a ser analisada, a Diplomática, abordada de forma aprofundada em quatro obras: Richter, Garcia e Penna (1997); Santos (2002); e nas duas obras de Bellotto (2008a; 2008b) e mencionada em três: Muller, Feitch e Fruin (1960); Castro (1985); e Esposel (1994).

Os processos tecnológicos aprofundados, em sua maioria, foram relacionados, nas obras analisadas, à microfilmagem e automação, assim como nos editais das universidades.

As questões tradicionais voltadas para os arquivos foram pouco abordadas, enquanto as questões mais contemporâneas, voltadas para o acesso, foram relacionadas com a gestão de documentos (como a temática mais abordada e aprofundada). É interessante constatar que a gestão de documentos e a gestão da informação foram mais abordadas do que o próprio acesso. O tema "arquivos e sociedade", embora considerado contemporâneo, foi o menos apresentado nas obras analisadas.

A legislação arquivística seguiu o mesmo padrão das universidades, sendo trabalhada, entre menções e aprofundamentos, de forma semelhante.

A terminologia arquivística foi aprofundada em poucos livros, embora estes o tenham feito de forma especializada.

4.3 Demandas dos ministérios

Assim como nos casos das agências e universidades, observamos que os conteúdos requeridos nos editais dos concursos para arquivistas dos ministérios não foram abordados na maioria das obras arquivísticas analisadas, com exceção dos temas fundamentos arquivísticos; natureza, gênero, espécie e suporte; e preservação, conservação e restauração. Entretanto, as obras que os contemplavam, o faziam com profundidade.

Tabela 5: Ilhas de conteúdo dos ministérios

ILHAS DE CONTEÚDO	ANÁLISE DAS OBRAS ARQUIVÍSTICAS		
	APROFUNDA	MENCIONA	NÃO APRESENTA
Acesso	9	7	18
Arranjo	11	1	22
Automação aplicada aos arquivos	10	2	22
Avaliação	12	5	17
Classificação	14	1	19
Descrição	12	1	21
Diagnóstico	3	1	30
Difusão	3	2	29
Digitalização	4	0	30
Fundamentos arquivísticos	29	1	4
Gestão da informação	8	1	25
Gestão de documentos	14	2	18
Instrumento de pesquisa	10	4	20
Legislação arquivística	8	6	20
Microfilmagem	13	3	18
Natureza, gênero, espécie e suporte documental	11	8	15
Políticas públicas arquivísticas	2	0	32
Preservação, conservação e restauração	14	4	15
Protocolo	8	1	25
Segurança da informação	0	0	34
Tabela de temporalidade	7	2	25
Terminologia arquivística	9	1	24
Tipologia documental	5	1	28
TOTAL	216	35	510

Fonte: elaboração própria, com base nos editais dos concursos para o provimento de cargos de arquivista nos ministérios (2007-2011) e nas obras arquivísticas, em português, disponíveis na BCE/UnB.

As questões teórico-conceituais foram apresentadas semelhantemente às análises anteriores. Os fundamentos arquivísticos tratavam e aprofundavam a maioria dos temas, majoritariamente. A natureza, o gênero, a espécie e o suporte documental foram aprofundados mais que mencionados, embora tenhamos constatado uma quantidade considerável de menções.

A temática tipologia documental seguiu exatamente os mesmos resultados das agências: aprofundada por Castro (1985), Rousseau e Couture (1998), nas duas obras de Bellotto (2008a; 2008b) e comentada por Bartalo e Moreno (2008).

As funções/atividades arquivísticas não diferiram das outras análises, com exceção da produção de documentos, que não foi contemplada nos editais dos ministérios.

Os instrumentos de gestão contemplaram, aqui, somente a tabela de temporalidade, aprofundados na maioria das obras em que aparecem, assim como os instrumentos de pesquisa.

Os processos tecnológicos aproximaram-se das análises anteriores, bem como as questões contemporâneas relacionadas ao acesso e à legislação.

A terminologia arquivística seguiu o mesmo padrão das agências: poucas obras abordaram essa temática, mas as que apresentavam se aprofundavam na temática.

4.4 Demandas do MPU

Em relação aos outros órgãos, o Ministério Público da União (MPU) foi o que menos apresentou conteúdos específicos para o cargo de arquivista, nos seus editais. Tópicos como acesso, arranjo, gestão de documentos eletrônicos e descrição não foram contemplados nos editais identificados. Nesse sentido, em todas as ilhas foi possível notar que a maioria dos conteúdos não foi contemplada nas obras. Com exceção das temáticas avaliação; fundamentos arquivísticos; natureza, gênero, espécie e suporte documental; e preservação, conservação e restauração (conteúdos abrangidos de forma aprofundada, pelos autores estudados) todas as outras temáticas não tiveram ocorrência frequente nas obras arquivísticas. O fato de os conteúdos demandados nesses concursos não serem encontrados nessas obras indicam possíveis dificuldades para os arquivistas que têm interesse em se submeter aos concursos para o cargo de arquivista no MPU (pelo menos para aqueles candidatos que buscarem esses conteúdos nas obras da BCE/UnB).

Tabela 6: Ilhas de conteúdo do MPU

ILHAS DE CONTEÚDO	ANÁLISE DAS OBRAS ARQUIVÍSTICAS		
	APROFUNDA	MENCIONA	NÃO APRESENTA
Avaliação	12	5	17
Diagnóstico	3	1	30
Difusão	3	3	28
Fundamentos arquivísticos	30	1	3
Gestão da informação	8	2	24
Gestão de documentos	15	1	18
Legislação arquivística	8	6	20
Microfilmagem	12	4	18
Natureza, gênero, espécie e suporte documental	11	8	15
Políticas públicas arquivísticas	3	0	31
Preservação, conservação e restauração	15	4	15
Protocolo	8	1	25
Tipologia documental	5	1	28
TOTAL	133	37	272

Fonte: elaboração própria, com base nos editais dos concursos para o provimento de cargos de arquivista no MPU (2007-2011) e nas obras arquivísticas, em português, disponíveis na BCE/UnB.

As únicas macrocategorias encontradas nas obras, a partir das demandas de conteúdo dos editais do MPU, foram aquelas que envolviam questões teórico-conceituais, questões contemporâneas voltadas para o acesso e a legislação, sendo que os resultados obtidos foram os mesmos encontrados nas análises anteriores: fundamentos arquivísticos abrangiam uma grande quantidade de obras, além de terem sido aprofundados em praticamente todas elas; avaliação e protocolo também foram os temas mais encontrados e os que mais aprofundavam a questão do acesso.

Por fim, diagnóstico e difusão foram temas pouco encontrados.

A legislação arquivística teve o mesmo quantitativo de resultados da análise anterior.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conteúdos demandados aos arquivistas, pelo mundo do trabalho, no âmbito do Poder Executivo Federal, são pouco variados e, assim, proporcionam uma visão objetiva dos conteúdos mais ou menos abordados e da forma como são contemplados. A partir das macrocategorias utilizadas para a análise dos conteúdos específicos de cada tipo de instituição, constatamos que alguns desses conteúdos foram abordados de forma semelhante ou, até mesmo, igual, observado no quadro 2.

Quadro n. 2: Indicadores predominantes na análise das obras arquivísticas a partir dos editais dos concursos públicos para o cargo de arquivistas no Poder Executivo Federal (2007-2011)

MACROCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS
Arquivos e memória	Baixa	Obras aprofundavam a temática	-
Arquivos e patrimônio cultural	Baixa	-	-
Arquivos e sociedade	Baixa	-	-
Arranjo	Alta	Obras aprofundavam a temática	-
Automação	Alta	Obras aprofundavam a temática	-
Avaliação	Alta	Obras aprofundavam a temática	-
Classificação	Alta	Obras aprofundavam a temática	-
Descrição	Alta	Obras aprofundavam a temática	-
Diagnóstico	Baixa	-	-
Difusão	Baixa	-	-
Diplomática	Baixa	Obras aprofundavam a temática	-
Fundamentos arquivísticos	Alta	Obras aprofundavam a temática	-
Gestão de Documentos	Alta	-	-
Instrumentos de Pesquisa	Baixa	Obras aprofundavam a temática	Menções pouco significativas diante da quantidade considerável de obras que aprofundam o conteúdo
Legislação arquivística	Baixa	Metade das obras aprofundava a temática e a outra	

MACROCATEGORIAS	FREQUÊNCIA	CONVERGÊNCIAS	DIVERGÊNCIAS
		metade somente a mencionava	
Microfilmagem	Alta	Obras aprofundavam a temática	-
Paleografia	Baixa	-	-
Planos de Classificação	Baixa	Obras aprofundavam a temática	Menções pouco significativas diante da quantidade considerável de obras que aprofundam o conteúdo
Preservação, Conservação e Restauração	Baixa	-	-
Produção	Baixa	-	-
Profissionais de arquivo	Alta	Obras aprofundavam a temática	
Protocolo	Alta	Obras aprofundavam a temática	-
Tabelas de Temporalidade	Baixa	Obras aprofundavam a temática	Menções pouco significativas diante da quantidade considerável de obras que aprofundam o conteúdo
Terminologia arquivística	Baixa	Obras aprofundavam a temática	

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Os resultados obtidos da análise das macrocategorias proporcionaram-nos uma visualização mais detalhada sobre os conteúdos que mais e menos sobressaíram nas obras arquivísticas analisadas. Percebemos que as obras, ainda que não fossem muitas, abordaram os conteúdos demandados nos editais de forma especializada e completa, fornecendo um alto grau de especialização aos graduandos que as lêem.

Por outro lado, alguns conteúdos importantes, demandados ao arquivista contemporâneo, extrapolaram as abordagens dessas obras, fazendo com que as mesmas são insuficientes ou desatualizadas. Foi o caso dos suportes e formatos documentais e os consequentes processos, equipamentos e técnicas necessários para se lidar com a sua dinâmica produção e atualização. Nesse sentido, as contribuições teóricas de Santos(2002) e Rondinelli (2007) foram relevantes para suprir parte das

necessidades dessas demandas de conhecimento especializado, embora pareçam insuficientes para esgotar as diversas problemáticas decorrentes do tema, a cada dia. Dessa forma, as obras arquivísticas disponíveis na BCE/UnB não contemplam satisfatoriamente todos os conteúdos necessários para o gerenciamento eletrônico de documentos, bem como o gerenciamento de documentos eletrônicos e arquivos digitais.

A análise do aprofundamento e da menção de temáticas, por parte dos autores estudados, nos proporcionou uma informação importante: na maioria das obras em que os conteúdos foram tratados, os autores os aprofundavam, ou seja, apresentavam temas de forma específica e especializada, o que pode trazer informações mais completas ao leitor. Complementarmente, pensamos que, ainda assim, há diversos conteúdos que precisam ser mais e melhor investigados, por meio de pesquisas, como recomendam Couture, Martineau e Ducharme (1999).

Cabe ressaltar que, do lado do mundo do trabalho, ainda há pouco conhecimento sobre o que o arquivista pode oferecer, a partir dos seus conhecimentos adquiridos via universidade. Esse fato pode ser constatado nos conteúdos demandados pelos editais do MPU, os quais apresentaram uma demanda de competências e habilidades reduzida, em comparação com as outras instituições. Nesse sentido, ambas as partes, institucional e profissional, perdem porque não utilizam o máximo de sua capacidade.

Concluimos que as demandas do mundo do trabalho requererem, dos profissionais, uma atuação em atividades variadas, das mais tradicionais às mais contemporâneas. A universidade, por sua vez, proporciona aos seus graduandos, de forma geral, o embasamento teórico para que essas demandas sejam supridas, apesar da desatualização informacional das novas tendências, em alguns aspectos.

REFERÊNCIAS

BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (Coord.) **Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: Eduel, 2008. 186 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008a. 318 p.

_____, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental**. Brasília: Brique de Lemos, 2008b. 106 p.

BRASIL. **Lei 6.546, de 04 de julho 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128373/lei-6546-78>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A sistematização de arquivos públicos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. 169 p.

CASTRO, Astrea de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes E.; GASPARIAN, Danuza de Moraes E. Castro. **Arquivística = técnica, arquivologia = ciência**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1985. 2 v.

COSTA, Larisa Candida Costa. **Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação**. 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finatec, 1999. 189 p.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 68. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>> . Acesso em: 11 out. 2013.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói, RJ: Muiraquita, 1994. 229 p.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FVG, 2005. 121 p.

GOMES, Francelino Araújo; HELLUY, Hamida R. **Manual de arquivo e documentação**. 4 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1976. 201 p.

_____. **A imagem e a sombra da Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público Estadual, 1998. 110 p.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MULLER, Samuel; FEITH, Joman Adrian; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145 p.

OLIVEIRA, Flavia Helena de. **A formação do arquivista na Universidade de Brasília frente às demandas profissionais do mercado da Capital Federal**. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 162 p.

RICHTER, Erneida Isabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução à Arquivologia**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997. 101 p.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007. 158 p.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. 2. Ed. Brasília: Abarq, 2002. 223 p.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974. 345 p.

SILVA, Armando Malheiro da. Et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. 2. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Zélia Lopes da (Coord). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1999. 154 p.

SOUZA, Kátia Isabelli de B. Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e o mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011. 252 p.

PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS PELO ARQUIVO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Patrícia Silva¹

João Henrique Lucena da Costa²

RESUMO

É observado que existe uma lacuna na literatura especializada, no que diz respeito aos produtos e serviços arquivísticos, ou seja, assunto ainda pouco explorado na área da Ciência da Informação, e que pode ser implantado como uma metodologia de ensino-aprendizagem, além de ter um caráter informativo com o aporte tecnológico. Os produtos e serviços arquivísticos de informação trazem ao público usuário, um resgate do que existe e dos serviços oferecidos em uma unidade de informação. Caracterizando-se como uma unidade que presta serviços de informação, dotada de organização, pessoal, produtos e estrutura para atender aos usuários, temos as seguintes questões: Quais os produtos e serviços tecnológicos que o Arquivo pode vir a oferecer? Nessa perspectiva, o presente artigo aborda sobre o arquivo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) mostrando como o campo das tecnologias de informação podem promover, a partir de produtos e serviços arquivísticos, tais unidades. A pesquisa caracteriza-se quanto ao delineamento, como estudo exploratório e descritivo. Pontos importantes foram abordados em relação aos Arquivos e produtos e serviços arquivísticos de informação, com a criação do *Blog*, *FanPage*, *Folder* e de um Vídeo didático. Recomenda-se que estudos futuros sejam empreendidos sobre a temática em pauta, que por se tratar de um assunto ainda novo, não se esgota nesta pesquisa.

Palavras-chave: Produtos e Serviços de Informação Arquivística. Arquivo – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Arquivo Setorial. Tecnologia da Informação.

PRODUCTS AND SERVICES OFFERED BY THE ARCHIVE OF HUMANITIES CENTER, UNIVERSITY OF ARTS AND LETTERS OF FEDERAL PARAÍBA

ABSTRACT

It is observed that there is a gap in the literature, with regard to products and archival services, is subject still little explored in the field of information science, and that can be deployed as a methodology of teaching and learning, and has an informative character with technological support. Products and archival information services bring the user public, a redemption that exists and the services offered in a unit of information. Characterized as a unit that provides information services, endowed with organization, personnel, products and structure to suit users, we have the following questions: What are the technological products and services that the file may come to offer? In this perspective, this article discusses about the file from the Federal University of Paraíba (UFPB) showing how the field of information technology Center of Humanities, Arts and Letters (CCHLA) can promote from archival products and services, such units. The research is characterized on the design, such as exploratory and descriptive study. Important points were addressed in relation to products and files and archival information services, with the creation of the blog, FanPage, Folder and an instructional video. It is recommended that future studies be undertaken on the issue in question, which in the case of a still new matter is not limited in this research.

¹ Profa. do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Mestre em Ciência da Informação. Especialista em Gestão Estratégica de Sistemas de Informação. Graduada em Biblioteconomia. E-mail: silva_493@hotmail.com.

² Bibliotecário do SISTEMOTECA da UFPB. Graduado em Biblioteconomia e Arquivologia pela UFPB. E-mail: helanrique@gmail.com

Keywords: Products and Services Information Archiving. Archive - Centre for Humanities, Arts and Sciences Arts. Information Technology.

1 INTRODUÇÃO

É observado que existe uma lacuna na literatura especializada, no que diz respeito aos produtos e serviços arquivísticos de informação, ou seja, assunto ainda pouco explorado na área da Ciência da Informação, e que pode ser implantado como uma metodologia de ensino-aprendizagem, além de ter um caráter informativo com o aporte tecnológico.

Os produtos e serviços arquivísticos de informação trazem ao público usuário, um resgate do que existe e dos serviços oferecidos em uma unidade de informação. Caracterizando-se como uma unidade que presta serviços de informação, dotada de organização, pessoal, produtos e estrutura para atender aos usuários, temos as seguintes questões: Quais os produtos e serviços tecnológicos que o Arquivo pode vir a oferecer? É possível conhecer mais intensamente sobre o Arquivo por meio desses produtos e serviços arquivísticos? O Arquivo possui características que o difere de outros Arquivos no que concerne aos produtos e serviços oferecidos?

Nessa perspectiva, o presente artigo discute sobre o arquivo do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) mostrando como o campo das tecnologias de informação podem promover, a partir de produtos e serviços arquivísticos, tais unidades.

2 ARQUIVO SETORIAL, UNIVERSITÁRIO E PÚBLICO

De acordo com Souza (1950)³ apud Paes (2009, p.19), Arquivo “é o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros.”

Na literatura especializada é possível encontrar muitas significações distintas de Arquivo, algumas das quais apresentamos a seguir:

³SOUZA, Maria de Lourdes da Costa e. **Apostilhas do Curso de Organização e Administração de Arquivos**. Rio de Janeiro: Dasp, 1950. Ponto I.

Segundo Rousseau e Couture (1998, p.284) Arquivo é “o conjunto de informações, qualquer que seja a sua data, natureza, ou suporte, organicamente ‘e automaticamente’ reunidas por uma pessoa física ou moral, pública ou privada, para as próprias necessidades da sua existência e o exercício das suas funções, conservadas inicialmente pelo valor primário, ou seja, administrativo, legal, financeiro [...], conservadas depois pelo valor secundário, isto é, de testemunho ou, mais simplesmente, de informação geral.”

Na visão Belloto (1989, p.16), arquivos são “unidades de armazenamento, processamento e transferência de informação, podem, por natureza, ser ao mesmo tempo testemunhos e agentes de concretização de todas as possibilidades da atividade acadêmica.”

Para Cornelsen e Nelli (2006, p.71), O arquivo, nessa perspectiva, situa-se num contexto administrativo e organizacional em que a informação deve ser considerada, organizada e tratada tal qual os demais recursos da organização, assumindo assim, o papel de unidade de informação.

Paes (2009, p. 24) enfatiza, ainda, que a arquivo tem sua designação genérica de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação e conservado por essas pessoas ou por seus sucessores, para fins de prova ou informação. [...] Unidade administrativa cuja função é reunir, ordenar, guardar e dispor para uso conjuntos de documentos, segundo os princípios e técnicas arquivísticos.

Diante do exposto, pode-se inferir que o conceito de arquivo foi evoluindo através dos tempos e, atualmente, é imprescindível que cada órgão oficial é uma unidade administrativa e os seus documentos formam um grupo homogêneo que reflete as atividades do mesmo. Este grande grupo, seguindo-se a organização e funções do órgão, naturalmente se divide em subgrupos e estes em séries. Então. O princípio a ser observado é que os arquivos devem ser classificados de modo que reflitam, claramente, a organização e as funções que os produziram [...] (SCHELLENBERG, 2008, p.253).

Para tanto, os arquivos públicos têm, então, dois tipos de valores: “valores primários, para a repartição de origem, e valores secundários, para as outras repartições e para pessoas estranhas ao serviço público” (SCHELLENBERG, 2008, p.41).

Porém, Paes (2009, p. 24) define “arquivo público, como conjunto de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas funções específicas administrativas [...]”.

Por conseguinte arquivo setorial pode ser conceituado por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 30), como sendo aquela “unidade responsável pelo arquivamento de documentos acumulados por entidade subordinada que, no sistema de arquivos adotado pela administração a que pertence, depende tecnicamente do arquivo central.”

Arquivos setoriais são aqueles estabelecidos junto aos órgãos operacionais, cumprindo funções de arquivo corrente. Arquivos gerais ou centrais são os que se destinam a receber os documentos correntes provenientes dos diversos órgãos que integram a estrutura de uma instituição, centralizando, portanto, as atividades de arquivo corrente (PAES, 2009, p.22).

Não obstante Cunha e Cavalcanti (2008, p. 30) sintetizam o conceito de arquivo universitário como sendo, aquele “órgão de instituição de ensino superior que armazena, conserva e difunde o fundo documental gerado por suas atividades administrativas e acadêmicas.”

O Arquivo do CCHLA tem características de arquivo setorial e universitário justamente por ser um dos Centros da UFPB, e conseqüentemente é público da esfera federal.

2.1 ARQUIVO DO CCHLA

O arquivo setorial do CCHLA da UFPB está situado na Cidade Universitária, conjunto humanístico - Bloco V do CCHLA João Pessoa/PB-Brasil CEP: 58081-900. Tem seu horário de funcionamento de segunda a sexta das 7h às 17h.

Foi criado em 29 de Julho de 1998, por meio da Resolução de nº. 1 do Conselho de Centro, pela necessidade de custodiar os documentos de valor temporário e permanentes produzidos pelo CCHLA e de estabelecer diretrizes para os procedimentos técnicos nos arquivos correntes no âmbito do Centro. Nele podemos encontrar documentos datados desde 1952 (GUIA, 2010).

O Arquivo tem como objetivos, receber os documentos, por transferência ou recolhimento, produzidos e acumulados pelos Departamentos, Coordenações e demais setores do CCHLA; promover tratamento técnico dos documentos permanentes; garantir o acesso à

informação; promover formas de difusão educativa e cultural do acervo (GUIA, 2010). É subordinado à Secretaria da Direção de Centro do CCHLA. O arquivo é aberto aos usuários internos e externos. Para tal, é necessário preencher o requerimento que se encontra no site do arquivo.

Os documentos são acondicionados em caixas polionda e de papelão, o mobiliário é composto por arquivos deslizantes em aço.

3 PRODUTOS E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS

Através da internet os arquivos podem desenvolver serviços e produtos além daqueles que elaborados e desenvolvidos usualmente. Dessa forma, proporciona inúmeros benefícios no que concerne ao tratamento da informação, desde, por exemplo, ao acesso digital dos documentos até mesmo a um mecanismo de busca, facilitando desta forma a recuperação da informação.

Nesse sentido Amaral (2004, p. 64) destaca que:

as unidades de informação são organizações que produzem inúmeros produtos/serviços de informação para a sociedade. Como fontes de informação, por um lado, devem ser capazes as mídias disponíveis para disseminar as informações de acordo com o interesse público, mantendo com esses públicos relacionamentos de mão dupla, ao favorecer diálogo com eles.

Alguns dos produtos de informação arquivísticos, tais como *Blog*, *Vídeo*, *FanPage* e *Folder* serão apresentados a seguir.

3.1 BLOG

De acordo com Alvim (2007, p.1) apud (CORRÊA; ZAMBAN; OLIVEIRA, 2013, p.702), blog pode ser definido como sendo:

uma página na Web, com um endereço atribuído, suportado por um software de acesso livre e que pode ser gratuito ou não, com ou sem fins lucrativos, em que o seu criador/autor (individual, grupo de pessoas ou instituição) coloca entradas individuais, escreve um post, com frequência variada, sobre um tema do seu interesse, de forma livre e independente.

Página que contém textos curtos, organizados segundo a ordem cronológica e atualizados constantemente. Pode incluir ponteiros para hiperligações a sítios importantes, avaliação de sítios, notícias sobre organizações ou pessoas. Às vezes inclui diário pessoal. A página pode ser feita com o emprego de programas gerais [...], ou mesmo programas específicos, denominados *bloggers*. Que por sua vez, se refere a um “programa aplicativo para publicação de textos blog na web, em tempo real.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.56-57).

Os *blogs* são mídias sociais muito utilizadas no meio digital, tanto pelas pessoas de maneira geral como também com fins organizacionais ou educacionais [...]. O *blog* como fonte de informação pode ser apontado como uma das soluções para a centralização de conteúdos em um único canal, concentrando a informação em uma página e tornando fácil o acesso, mantendo informações específicas em um único lugar. (CORRÊA; ZAMBAN; OLIVEIRA, 2013, p.702).

Além disso, os *blogs* oferecem ferramentas para que os leitores possam interagir de forma mais contundente (desde que autorizados pelo autor/moderador do blog): eles podem excluir comentários, mandar novos posts, etc. Assim torna-se uma ferramenta de comunicação com a qual se pode traçar um futuro onde a web semântica trará ainda maiores possibilidades de interação. (CORRÊA; ZAMBAN; OLIVEIRA, 2013, p.703).

A estrutura de um blog é bastante simples e pode ser personalizada pelo autor de acordo com os seus objetivos, do software utilizado e dos conhecimentos técnicos do criador [...] (SANTOS; ROCHA, 2012, p.138).

É importante destacar que além de ser fonte de informação e divulgação de conteúdo, o blog é constantemente renovado pelos comentários dos usuários que o acessam. A interação e a colaboração são as características mais marcantes dos blogs [...] (SANTOS; ROCHA, 2012, p.138).

Os *blogs*, dependendo dos seus objetivos e utilização, podem ser classificados de diversas maneiras: corporativos, profissionais, educacionais e mais recentemente também estão sendo usados como espaços de produção científica [...] (SANTOS; ROCHA, 2012, p.139), [...] os blogs são ferramentas fáceis de criar e editar. Mas isto não significa que não se

deve seguir parâmetros de qualidade, pois os blogs são fontes de informação e tal qual devem se pautar pela confiabilidade e credibilidade [...] (SANTOS; ROCHA, 2012, p. 140).

Não obstante Inafuko e Vidotti (2012, p.146) sinalizam que [...] os blogs têm se popularizado devido à sua facilidade de uso e publicação, o que contribui também para o aumento de ambientes informacionais digitais.

Os blogs são websites que permitem a publicação de conteúdos não estruturados, sobre diversos assuntos. Esses conteúdos são, em geral, organizados de forma cronológica inversa, isto é, as postagens mais recentes aparecem em destaque no topo do website, enquanto que as mais antigas são armazenadas no ambiente, denominado “arquivo do blog”. (INAFUKO; VIDOTTI, 2012, p.147).

3.2 VÍDEO

O vídeo é uma tecnologia de processamento de sinais eletrônicos, que podem ser analógicos ou digitais, desenvolvida para apresentar imagens em movimento, aproveitando-se do efeito fisiológico da persistência retiniana, assim como é feito no processo cinematográfico. [...] (BARRETO, 2007, p.19).

O vídeo digital é uma apresentação de eventos dinâmicos que possuem imagens, sons, textos e gráficos, uma estrutura complexa que pode ser dividida em partes mais simples. [...] (BARRETO, 2007, p.25).

Vídeo se refere a “sistema potente de compressão e descompressão para vídeo e áudio digitais, que permite gravar num único CD-ROM mais de 60 minutos de vídeo com tela completa e imagens em movimento” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.376).

Temos ainda o videoblog “que utiliza vídeo ou áudio como meio básico para a transmissão da informação” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.376).

3.3 REDES SOCIAIS – FANPAGE

As redes sociais estabelecem relações entre indivíduos na comunicação mediada por computador. Esses sistemas funcionam através da interação social, buscando conectar pessoas e proporcionar sua comunicação e, portanto, podem ser utilizados para forjar laços sociais. As

organizações sociais geradas pela comunicação mediada por computador podem atuar também de forma a manter comunidades de suporte que, sem a mediação da máquina, não seriam possíveis porque são socialmente não aceitas. (SOUSA, 2008, p.106).

Num conceito mais sucinto Cunha e Cavalcanti (2008, p.311), define rede social como uma “rede formada por pessoas que trocam informação entre si. Colégio invisível, rede de relacionamento”.

As redes sociais [...] têm como base as relações entre os indivíduos, em uma estrutura em forma de redes. As redes são sistemas compostos por ‘nós’ e conexões entre eles, que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação. [...] (SILVA et al, 2006, p.77).

As redes sociais possibilitam compartilhar conteúdos informacionais, com objetivo de socializar, buscar, aprender ou disseminar informações.

Enquanto isso, Ferreira (2011, p.213) conceitua que [...] as redes sociais são caracterizadas por laços fortes, laços fracos e buracos estruturais, que são mundos pequenos, e temos modelos que incorporam o crescimento das redes e a não aleatoriedade de conexão. [...].

Complementando o mesmo autor conclui que as redes sociais [...] é uma estrutura social composta por indivíduos, organizações, associações, empresas ou outras entidades sociais, designadas por atores, que estão conectadas por um ou vários tipos de relações que podem ser de amizade, familiares, comerciais, sexuais etc. Nessas relações, os atores sociais desencadeiam os movimentos e fluxos sociais, através dos quais partilham crenças, informação, poder, conhecimento, prestígio etc. (FERREIRA, 2011, p.213).

Neste caso, as redes sociais apresenta indícios propícios e com presença marcante na sociedade, torna-se essencial a inclusão, por parte do Arquivo, à essa nova ferramenta para comunicação e integração informacional entre seus usuários.

3.4 FOLDER

O folder é considerado segundo Sousa (2008, p.63) como um “informe publicitário sobre um produto ou serviço, impresso em uma só folha, com duas ou mais dobras”.

Não obstante o folder é conceituado como um impresso em uma única folha de papel, geralmente em ambos os lados, com duas ou mais dobras (do inglês, *folder*, dobrado). Dependendo do tamanho do papel, é possível fazer muitas dobras. O folder é utilizado quando se quer passar uma quantidade maior de informações ou então quando se faz necessário dar aparência estética a alguma mensagem. (CORRÊA; VASCONCELOS; SOUZA, 2009, p.33).

4 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se quanto ao delineamento, como estudo exploratório e descritivo. Conforme Andrade (2006, p.124), a pesquisa exploratória tem como finalidades "proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa [...]." Já a pesquisa descritiva, por sua vez, "tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção do mesmo e descobrir novas idéias" (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 49).

Deu-se início a partir do conceito de Lakatos e Marconi sobre métodos, que segundo este autor "Pode-se definir método como sistematização das atividades", e ainda:

Resumindo, diríamos que a finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, por intermédio da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica que explica a realidade. O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo. (LAKATOS; MARCONI, 2006, p. 46).

No que concerne ao método, utilizou-se a pesquisa documental, que por sua vez [...] de acordo com Andrade (2006, p.139) "exige um planejamento geral e um plano específico para a coleta de dados, bem como um relatório escrito das várias etapas da pesquisa, incluindo os resultados obtidos [...]". Para a realização deste estudo foi necessário o levantamento de dados em diversas fontes, tais como livros, artigos de periódicos, sites, entre outros. Os dados foram coletados de forma documental direta e indireta. Concomitante a pesquisa documental temos a pesquisa de campo que "é denominada porque a coleta de dados é efetuada 'em campo' onde ocorrem espontaneamente os fenômenos [...]" (ANDRADE, 2006, p.127).

Observamos que pesquisa em questão faz uso basicamente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, é importante enfatizar que a pesquisa teve aporte

por meio do referencial teórico, observando-se a relação entre o conteúdo levantado com a prática. “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por fornecerem dados atuais e relevantes sobre o tema” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 158), isto é, buscou-se de início por meio da pesquisa bibliográfica a aproximação com as temáticas abordadas no trabalho, para em seguida dar cumprimento à realização da pesquisa.

Deste modo, a partir daí, perceber-se que a pesquisa é um processo permanente, algo processual, considerando que, na realidade, sempre vai existir algo a ser descoberto, onde é interessante a disseminação dos resultados da pesquisa, para que, por conseguinte se cultive o progresso da ciência e tecnologia com a geração de novos conhecimentos.

5 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO PROMOVENDO PRODUTOS E SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS

Primeiramente acessou-se o blogger para criar o *blog*; após isso ingressou-se no perfil da minha conta; depois foi colocado o título do *blog* e o endereço eletrônico (URL), verificando a disponibilidade. Foi escolhido o modelo inicial para página (modelo refere-se à aparência que se dará ao blog).

Dessa forma foi dado o processo de personalização da página, onde iniciou-se a postagem e personalização da aparência. No que diz respeito às opções de designer para o blog, disponibilizando alternativas para a aparência da página.

Por conseguinte foi escolhido o plano de fundo: esquema de cores do modelo escolhido; ajuste da largura: redefine o comprimento da página; e depois o layout: esboço da sua página, que por sua vez é possível definir a posição dos gadgets (são “bugigangas” que oferece a possibilidade de incrementar a página), postagem, da qual na opção avançado é possível encontrar vários outros ícones que incrementará o blog.

Após personalizar a página foram feitas as postagens (são as atualizações desejadas, trazendo consigo alguma mensagem podendo ser transmitida por vídeos, fotos ou textos) ao clicar em nova postagem, foi possível inserir fotos, textos, vídeos, etc. Para isso foi escolhido o modo HTML tanto para escrever, como para postar o vídeo e a foto. Assim que postado clicou-se em “publicar postagem”.

No uso frequente do blog, é interessante que a familiarização é rápida, melhorando cada vez mais o aprendizado e o manuseio das ferramentas.

Figura 1 – Interface do Blog criado para o Arquivo do CCHLA



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

O endereço do blog ficou definido como: <<http://arquivocchla.blogspot.com.br/>>. Foi colocado o vídeo; folder; o link da fanpage, e algumas fotos.

O próximo passo foi realizar a produção de um vídeo informativo sobre o Arquivo do CCHLA. E que tem como objetivo informar alguns dos produtos e serviços arquivísticos existentes no Arquivo. Esse vídeo foi gravado no dia vinte de dezembro de 2013 as 15h.

Figura 2 – Interface do Vídeo criado para o Arquivo do CCHLA.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

O vídeo foi gravado por um profissional operador de câmera de cinema e TV. Com uma câmera de modelo Canon FX130. Foi editado no programa Adobe Premier. Em formato H264 na resolução 1880 X 720, com extensão MPEG4. Teve duração de 3 minutos e 9 segundos e contém áudio, trilha sonora, caractere e imagem colorida. Com um tamanho de 120MB.

Com intuito de disponibilizá-lo na página do próprio Arquivo ou do Blog. O vídeo foi hospedado no YouTube na URL:

<<https://www.youtube.com/watch?v=0F6YCpAOy0E&feature=youtu.be>>.

Para colocá-lo no YouTube primeiro acessou-se a página <www.youtube.com>. Assim que efetuou-se o login, apareceu a sua página do YouTube; depois clicou-se no ícone enviar vídeos. Após ter clicado em enviar vídeos, apareceu outra página, que seria para carregar o vídeo do computador que estava na memória da máquina.

Em seguida ao clicar em enviar vídeo, surgiu uma janela ao qual selecionou-se o material a ser enviado. Após retornar ao YouTube, esperou-se carregar o vídeo para que este possa estar disponível na rede.

Por fim foram preenchidos os campos com o título, a descrição do que se tratava o mesmo e as palavras-chave para o que a Google possa recuperar através da indexação meu vídeo com os demais vídeos já existentes no site.

Criou-se uma *fanpage* na rede social Facebook. Inicialmente acessou-se a conta pessoal do Facebook, depois acessou-se o seguinte link: <<https://pt-br.facebook.com/pages/create/>>, e em seguida, surge uma tela que seria para selecionar a categoria da sua empresa. Escolhido a categoria do negócio, colocou-se uma breve descrição (é um dos passos mais importantes da fanpage, o cliente que não sabe do que se trata o seu empreendimento vai direto ler a descrição da página) sobre a sua empresa.

Depois foi definido o endereço da página: <<https://www.facebook.com/pages/Arquivo-Cchlaufpb/1395180064036097?fref=ts>>.

Na sequencia foi colocada uma imagem, no tamanho 180pxl de largura por 180pxl de altura, bem como foi inserido também uma imagem de capa, em “Adicionar uma capa”, com tamanho de 851pxl de largura por 315pxl de altura.

Figura 3 – Interface da FanPage criada para o Arquivo do CCHLA.





Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Assim temos a fanpage personalizada com foto, descrição e URL definidos: <<https://www.facebook.com/pages/Arquivo-Cchlaufpb/1395180064036097?fref=ts>>.

Finalmente, foi confeccionado um *folder* no Microsoft Word dividido em 2 páginas com 6 seções, 3 em cada.

Figura 4 – Interface do Folder criado para o Arquivo do CCHLA

<p>O Arquivo Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes está situado na Cidade Universitária, conjunto humanístico — Bloco V do CCHLA João Pessoa/PB—Brasil CEP: 58081-900.</p>  <p>HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO Aberto de segunda a sexta das 7h às 17h – Exceto Feriados</p> <p>CONTATOS E-mail: arquivo@cchla.ufpb.br Site: http://www.cchla.ufpb.br/?p=35&t3 FONE: (0xx83) 3216-7330</p>	<p>REITORA Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz</p> <p>VICE-REITOR Eduardo Ramalho Rabenhorst</p> <p>DIRETORA Mônica Nóbrega</p> <p>VICE-DIRETOR Rodrigo Freire de Carvalho e Silva</p> <p>ARQUIVO SETORIAL DO CCHLA Alysson Santos Lima—Arquivista Maria Socorro dos Santos—Assistente Adm.</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA</p> <p>CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES</p>  <p>ARQUIVO SETORIAL DO CCHLA</p> <p>João Pessoa/PB 2014</p>
--	---	---

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

Figura 5 – Interface do Folder criado para o Arquivo do CCHLA.

<p>Arquivo do CCHLA</p> <p>O Arquivo Setorial do CCHLA, situado na UFPB, foi criado em 29 de Julho de 1998, sob a Resolução de nº. 1 do Conselho de Centro, custodia tantos os documentos de valor temporário e permanentes produzidos pelo CCHLA. Nele podemos encontrar documentos datados desde 1952.</p> <p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Receber os documentos, por transferência ou recolhimento, produzidos e acumulados pelos Departamentos, Coordenações e demais setores do CCHLA; - Promover tratamento técnico dos documentos permanentes; - Garantir o acesso à informação; e - Promover formas de difusão educativa e cultural do acervo. <p>ESTRUTURA</p> <p>O arquivo é subordinado à Secretaria da Direção de Centro do CCHLA.</p> <p>USUÁRIOS</p> <p>O arquivo é aberto aos usuários internos e externos. Para tal, é necessário preencher o requerimento que se encontra no site do arquivo.</p>	<p>TIPOLOGIA</p> <p>No arquivo é possível encontrar as seguintes tipologias documentais: diário de classe, relatórios, projetos de bolsistas, correspondências expedidas e recebidas, declarações, certidões, atos normativos, programas didáticos, afastamento de professores, documentação de pessoal, aproveitamento e ofertas de disciplinas. Aproximadamente, o arquivo tem 287,13 metros lineares de documentos textuais.</p>  <p>ACERVO</p> <p>É composto por um fundo aberto, referente à documentação recebida, por transferência ou recolhimento, pelos departamentos, coordenação e demais setores do CCHLA.</p>	<p>SERVIÇOS OFERECIDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assessoria aos arquivos correntes, mediante solicitação por e-mail e requerimento que se encontra no site; - Consulta ao acervo com EPI's para manipulação dos documentos; e - Visitas técnicas, agendadas previamente, mediante solicitação por requerimento que se encontra no site. 
--	--	--

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014

6 CONCLUSÕES

Metodologicamente, este trabalho se preocupou em entender o conceito de Arquivo nas suas diversas nuances, observando que produtos e serviços arquivísticos possam vir a nos proporcionar, além do embasamento proposto pelos autores e pesquisadores.

Pontos importantes foram abordados em relação aos Arquivos e produtos e serviços arquivísticos de informação, com a criação do *Blog*, *FanPage*, *Folder* e de um Vídeo didático. Podemos destacar alguns pontos principais relativos a estes assuntos. Começamos pelo conceito de Arquivo, e tomando como base as diversas definições apresentadas ao longo do trabalho.

Em um segundo momento, tomou-se como base a contribuição de autores, nos conceitos de produtos e serviços arquivísticos, mais especificamente na parte de Blog, Redes Sociais, Folder e Vídeo. Onde objetivou-se estabelecer parâmetros como guia no que se refere às necessidades e expectativas que podem e devem sempre ser atendidas. E que os profissionais da área deve dominar tanto as aptidões tecnológicas – dominar as novas tecnologias da informação e aptidões de comunicação – saber comunicar eficaz e eficientemente, além de compartilhar conhecimentos.

Este estudo, como se pode ver, não encerra a discussão sobre o tema, haja vista que tal objetivo foge aos limites deste trabalho, inclusive por se tratar de uma temática pouco explorada, os produtos e serviços arquivísticos de informação requer, constantemente, estudos avançados e atualizados, tanto por parte dos arquivistas/profissionais de informação como por parte de quaisquer outros profissionais que se propuserem a enveredar nesse caminho.

Logo, recomenda-se que estudos futuros sejam empreendidos sobre a temática em pauta, que por se tratar de um assunto ainda pouco explorado, não se esgota nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sueli Angelica do. **Marketing da informação na internet**: ações de promoção. Campo Grande: UNIDERP, 2004.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BARRETO, Juliano Serra. Desafios e avanços na recuperação automática da informação audiovisual. **Ciência da Informação**, Brasília, v.36, n.3, p.17-28, set./dez. 2007.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. **Transinformação**, Campinas, v.1, n.3, p.15-28, set./dez. 1989.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CORNELSEN, Julce Mary; NELLI, Victor José. Gestão integrada da informação arquivística: o diagnóstico de arquivos. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 70-84, ago./dez. 2006.

CORRÊA, Edison José; VASCONCELOS, Mara; SOUZA, Maria Suzana de Lemos. **Iniciação à metodologia científica**: participação em eventos e elaboração de textos científicos. Belo Horizonte: Nescon UFMG; Coopmed, 2009.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; ZAMBAN, Debora; OLIVEIRA, Viviane Martins Arruda de. Blogs sobre biblioteconomia e a resignificação da profissão no Brasil: uma análise do blog Bibliotecários Sem Fronteiras. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.18, n.1, p. 698-715, jan./jun. 2013.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

FERREIRA, Gonçalo Costa. Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.3, p.208-231, jul./set. 2011.

GUIA do Arquivo Setorial do CCHLA. João Pessoa: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/wp-content/uploads/2010/11/Guia.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

INAFUKO, Laura Akie Saito; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Diretrizes para o desenvolvimento e a avaliação de blogs de biblioteca. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v.17, n.35, p.145-166, set./dez. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed.rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed.rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3.ed.rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Ester Laodiceia; ROCHA, Suely Margareth da. O blog como ferramenta de comunicação entre a biblioteca e seus usuários: a experiência da Biblioteca Lydio Bandeira de Mello, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. **Encontros Bibli:**

revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v.17, n.33, p.134-152, jan./abr. 2012.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SILVA, Antonio Braz de Oliveira e et al. Análise de redes sociais como metodologia de apoio para a discussão da interdisciplinaridade na ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n 1, p. 72-93, jan./abr. 2006.

SOUSA, Beatriz Alves de. **Glossário**: biblioteconomia - arquivologia – comunicação e ciência da informação. 2.ed.rev. e atual. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

© 2014 UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Reitora: Profa. Dra. Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Diretor: Prof. Dr. Walmir Rufino da Silva
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Chefe: Profa. Dra. Edna Gomes Pinheiro

Archeion Online. – Vol.2, n. 1 (jun./dez. 2014)- . – João Pessoa :
Coordenação do Curso de Arquivologia/UFPB, 2013-

Semestral

Editora: Ediane Toscano Galdino de Carvalho

Revista eletrônica de Arquivologia/UFPB

ISSN 2318-6186

1. Arquivologia. I. Universidade Federal da Paraíba. II. Coordenação do
Curso de Arquivologia. III. Título.

CDU 930.25

EDITORA

Profa. Me. Ediane Toscano Galdino de Carvalho

CONSELHO CONSULTIVO/AVALIADORES

Adolfo Julio Porto de Freitas (UFPB)
Angélica Alves da Cunha Marques (UNB)
Armando Malheiro da Silva (Universidade do Porto - Portugal)
Aurora Leonor Freixo (UFBA)
Carla Mara da Silva Silva (UFAM)
Cynthia Roncaglio (UFPR)
Denise Molon Castanho (UFSM)
Edilene Toscano Galdino de Carvalho (UFPB)
Genoveva Batista Nascimento (UFPB)
Gisele Rocha Cortes (UFPB)
José Washington de Moraes Medeiros (UEPB)
Leandro Ribeiro Negreiros (UFMG)
Luciana Ferreira da Costa (UFPB)
Luciana Souza de Brito (FURG)
Marcília Gama da Silva (UFPE)
Margareth da Silva (UFF)
Maria Meriane Vieira Rocha (UFPB)
Maria Teresa Matos (UFBA)
Nelma Camelo Araújo (UFAL)
Patrícia Silva (UFPB)
Solange Machado de Souza (UFES)
Welder Antonio Silva (UFMG)

Archeion Online, João Pessoa, v.2, n. 1, 2014 - ISSN 2318-6186
<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>
archeionline@gmail.com

Archeion Online, João Pessoa, v.2, n.1, p. 2, jan./jun. 2014